CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
39ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2024/2025

ATA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2025. Ao 7º (sétimo) dia do mês de Maio de 2025, às 14h, de forma presencial e virtual na sala de Cinema do **Centro Cultural Palácio da Justiça**, cito a Av. Eduardo Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Através da plataforma https://teams.microsoft.com/v2/. Conforme comunicado de convocação encaminhado, em 05 de maio de 2025, e atingido o quórum mínimo, declaro aberta a 39ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CONEC. Conforme comunicado de convocação encaminhado em 03 de abril de 2025, e atingido o quórum mínimo, declaro aberta a 39ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CONEC. Em virtude dos poderes a mim investidos pela Lei nº 5.417, de 17 de março de 2021, e pelo Regimento Interno deste Conselho, eu, **PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO** assumo a presidência desta sessão em face da ausência justificada do Presidente e Vice-Presidente e convoco para me auxiliar o conselheiro titular da cadeira de Dança **MARCOS ANDRÉ DURAND**. E, para compor esta Mesa Diretora, convoco ainda a conselheira titular da cadeira de Teatro, Sra. **JORDANIA DAMASCENO GALDINO**. Composta a Mesa Diretora, solicito ao Secretário-Geral que nos informes o quórum de hoje. Nesse momento, informa que se encontram presentes, além dos membros da Mesa Diretora, que representam as cadeiras do Audiovisual, Cadeira da Dança e cadeira do Teatro os demais conselheiros titulares e suplentes presentes nesta 39ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CONEC com direito a voto, conforme lista anexa. Agradecemos a presença de todos nesta sessão. Esse é o quórum de membros e participantes, senhor presidente. **Presidente:** Obrigado, Secretário Geral. Agradeço a presença de todos e, dando início aos trabalhos desta plenária, vamos ao expediente. **EXPEDIENTE:** Aprovação de atas: foram encaminhadas aos membros as atas das sessões 36ª, 37ª e 38ª. Todos receberam? Sem manifestações, coloco em votação: quem aprova as atas apresentadas mantenham-se como estão. (sem manifestações. **Aprovadas as atas por unanimidade** e determino que a equipe de apoio providencie a publicação no portal do CONEC. Continuando o expediente, vamos passar aos

comunicados e registros. Passo a palavra ao Secretário Geral para ler o expediente. **Conselheiro André Durand**: Informamos que continuam em tramitação as nomeações das vagas de titulares das cadeiras da FEPIAM e da UEA, além dos suplentes das cadeiras de Cultura Popular de Matriz Ibérica, Cultura Indígena, Música (SEDUC), UEA e AmazonasTur.- A SEC ainda está em tratativas quanto ao convite a artista para ocupar a vaga de suplente de Teatro, conforme o Edital de Eleição de 2023 do CONEC. -O pedido de substituição da cadeira do Fórum de Secretários retornou da Casa Civil para diligências. O 26º Festival Amazonas de Ópera iniciou em 16 de abril e vai até o dia 18 de maio. A programação é um corredor criativo da Amazônia, baseada em uma parceria entre Brasil, Colômbia, Áustria e Portugal. Trata-se do maior festival de ópera da América Latina e está reconhecido entre os 10 melhores do mundo. - Registramos os aniversariantes do período: no dia 10 de abril, a conselheira suplente de Dança, Jady Batista de Castro; no dia 24 de abril, o conselheiro titular da cadeira de Dança, Marcos André Durand Pereira; e também o conselheiro titular da cadeira de Cultura Afrodescendente, Wellisson Brito Batista. Parabéns aos aniversariantes. - Registramos que no dia 1º de maio, além do Dia do Trabalhador, celebrou-se o Dia da Literatura Brasileira. Parabenizamos a cadeira de Literatura pela data. Também nessa data, faleceu a cantora Nana Caymmi. - Hoje é o Dia Mundial da Luta Contra a Endometriose. No Brasil, é o Dia do Silêncio, do Oftalmologista e da Prevenção da Alergia. Esse E sem mais nada para o expediente. **Presidente:** Diante da extensa pauta indicada pelas proposições feitas durante o mês para esta reunião, suspendo novas proposições e passo à **ORDEM DO DIA: Conselheiro André Durand**: Eu tenho uma proposição aqui, senhor presidente. A primeira é uma moção de aplauso para o secretário municipal de Cultura e Turismo do município de Codajás, juntamente com o seu subsecretário, o secretário titular da pasta, o senhor Cleucir Barbosa Alves, e o seu sub, o senhor Diego Ernani de Oliveira, pela realização da **34ª Festa Cultural do Açaí de Codajás**. E aí, eu já trouxe a moção aqui para dar uma lida daqui a pouquinho. **1. Formação de comissão eleitoral; 2. Aprovação do balanço patrimonial do FEC; 3. Painel demonstrativo PNAB Ciclo 1 – MinC Amazonas; 4. Campanha de adesão Ciclo 2 PNAB; 5. Comitê de situações extremas PNAB Ciclo 1; 6. Participação de conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias em**

formato online; 7. Chamada do cadastro reserva nos editais onde existe recurso que não foram totalmente utilizados; 8. Informes das tratativas dos prédios que serão reformados com recursos da PNAB; 9. Quando será nomeada a suplente do segmento de cultura popular de matriz ibérica e demais suplentes; 10. Escolha do novo Secretário-Geral. Essa é a pauta de hoje, senhor presidente. Obrigado, Secretário Geral. Vamos iniciar **pela formação da Comissão Eleitoral**. Suspendemos a moderação por 15 minutos e concedo a voz à equipe de apoio para conduzir o tema. **Conselheiro André Durand:** Questão de ordem. Gostaria de usar a força do regimento interno para a gente retirar de pauta o item **1. Formação de comissão eleitoral**, como também o item **10. Escolha do novo Secretário-Geral**. E eu gostaria de sugerir ao ADM, senhor presidente, que essa mesma preocupação que eles têm, ainda em persistir com esta é tardia a comissão eleitoral, que tivesse o mesmo interesse em nomear os suplentes que aí estão pleiteando para assumirem, e pena considerar o que o presidente não está, e que eu também gostaria de sugerir para ele uma portaria. É para que os conselheiros pudessem estar como conselheiros até 2026, até chegar o novo governador. Com certeza, um governador que tem brilho e a gente fazer a eleição já para 2027. Lembrando ainda e considerando o atraso na nomeação desses conselheiros, a publicação desses conselheiros, o atraso que esse conselho teve em poder contribuir com a cultura local. E aí, eu gostaria, senhor presidente, de usar a força do regimento interno quando se solicita a mudança de pautas. Obrigado. **Dr. Sérgio Cruz:** Senhor presidente, Presidente, só para relembrar. Na última eleição que a gente teve, foi retirada de pauta durante 4 sessões, o que ocasionou o atraso de 4 meses na nomeação da atual gestão. Então, relembro o senhor que, por causa daquelas atuações lá atrás que foram tiradas de pauta, a criação da comissão eleitoral foi prejudicada, o que resultou no atraso da posse do pessoal. Então, estamos fazendo igual à outra gestão, onde em maio nós indicamos a solicitação de abertura da comissão eleitoral para providenciar a eleição. Então, essa é a lembrança. **Presidente**: Eu vou acatar imediatamente a pauta 10, só por uma questão de recálculo que foi feito pelo administrativo do Conselho, que na verdade a nossa primeira reunião ordinária foi a reunião de posse, e a troca de secretário geral ficou para junho. Então, ficará a eleição do secretário geral para a reunião ordinária de junho, e aí eu queria saber se você pode falar. E só para

eu terminar aqui, para essa segunda pauta, eu queria saber o que que vocês acham. Eu demonstro isso porque, independente das coisas estarem distantes, porque a gente está falando daqui para daqui um ano, a eleição será esse ano, mas a gente só deixa o cargo em maio de 2026. A intenção é fazer com que a gente tenha uma organização mais espaçada, para que a gente consiga ler o edital a tempo, para que a gente consiga fazer as observações e modificações que sejam necessárias. Então. (Inaudível) Exato, e o próprio sistema de votação, como bem lembra a Symone aqui do administrativo. Então, eu vou dar a palavra para quem quiser abordar e quero saber o que o pleno entende, o que aceita, se não aceita. 2 minutos. **Conselheiro Ludimar Kokama**: Boa tarde a todos. Referente à pauta, senhor presidente, eu acho que se suprime essa escolha do secretário, até porque ainda está no período vigente do mandato do atual secretário-geral. Lembro que a primeira reunião ordinária foi a de posse, e a escolha do secretário foi na segunda reunião ordinária, que foi no mês de junho. Agora, não lembro aqui de cabeça a data, mas foi isso que ocorreu. Mas se mantém o item 10, que é a pauta 10, que é a formação da comissão eleitoral, para que nesse período agora de maio até a próxima ordinária de junho, possa se fazer esse processo da construção do regimento eleitoral que vai ser seguido. Porque não adianta tirar ela agora e, já lá na reunião ordinária, a gente monta a comissão para fazer a coisa. Então, creio eu que seria mais proveitoso montar a comissão agora na reunião, para que possa se trabalhar nesse processo até a ordinária próxima. Somente isso. **Presidente:** Mas alguém quer se manifestar? **Conselheiro André Durand:** Presidente, só corrigindo a fala do assessor jurídico: atraso do pessoal. Eu queria saber quem é esse pessoal? Não, até mesmo porque eu tenho minha formação acadêmica e fui eleito conselheiro estadual de cultura, então o correto seria dizer atraso na nomeação dos conselheiros estaduais de cultura. Seria interessante a correção da fala. E aí, o que eu solicitaria para o senhor, que o senhor levasse até o secretário, seria uma portaria prorrogando o mandato desses conselheiros, em questão de todos esses tropeços. E aí, conselheiro Ludimar, é da era daquela pessoa que sujou a imagem da cultura na questão da eleição, formando um bando para tentarem colocar uma pessoa em um cargo mandatário. A gente precisa se vacinar dessa doença que foi deixada. E o poder de decisão são esses conselheiros. Então, eu gostaria de sugerir para o senhor que o senhor seguisse com a minha fala,

utilizando a força do regimento interno, mudando essa pauta da formação de comissão eleitoral, porque nós estamos na comissão legislativa, que está deliberando a atualização da própria lei e até do próprio regimento interno. E aí, até solicitar também depois para o atual secretário, a mudança dessas pessoas que estão nesses lugares de batalha, porque ou é do lado da sociedade civil ou é apenas do ente denominado poder público. Então, eu gostaria de sugerir, e continuo aqui firmando e não mudando o meu ponto de vista, sigo me embasando no regimento interno, pedindo a mudança da pauta, que é o item 1. **Dr. Sérgio Cruz:** Senhor presidente, apenas pedindo esclarecimento que o conselheiro solicitou. Foram retiradas de pauta durante quatro sessões pelo secretário-geral daquele momento. Foi proposto ao plenário, não foi proposto pelo presidente, foi pelo secretário-geral daquele momento, foi proposto ao plenário e o plenário acatou. Assim como está sendo feito agora, também, o pedido, no caso, naquele momento, não foi por um conselheiro, foi pelo secretário geral. E agora está sendo feito o pedido por um conselheiro que aí o senhor como presidente, pode deliberar junto ao plenário. Mas, mais uma vez, informo que aquelas quatro sessões, em que o item foi retirado de pauta, ocasionaram uma correria que não deu tempo de se concluir o processo. A eleição aconteceu dentro do ano, mas não houve tempo hábil de chegar à Assembleia Legislativa, que entrou em recesso, e isso causou todo o atraso. Esse atraso não foi decorrente do antigo presidente à época e também não foi por falha do administrativo, que tentou cumprir o cronograma disponível naquele momento. Está certo? Só fazendo essa correção conforme solicitado. **Conselheiro Dudson Carvalho:** Eu não vejo por que a gente paralisar o processo, já que é necessário fazer a montagem da comissão eleitoral, tendo em vista os possíveis candidatos. A eleição será daqui a um mês, dentro da legalidade ou dentro do prazo que o senhor presidente determinar. Então, estou precisando só entender o que é que nós estamos discutindo aqui. **Presidente:** Vou te esclarecer. A comissão eleitoral não é para eleição do secretário-geral. Ela é para a eleição do próximo mandato dos conselheiros, que se dará até dezembro deste ano, apesar de que o nosso mandato será até maio de 2026. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Eu tenho uma ressalva aí para fazer. É assim, eu vejo certas prioridades que esse ADM desse conselho tem, que não dão vazão àquilo que esse conselho tanto demanda. Algumas pendências que

estão aí há mais de três anos, nós pedimos e só são empurradas com a barriga. Mas tem algumas coisas que recebem prioridade e celeridade de uma forma até estranha. Mas eu estou de acordo que se faça uma antecipação, para que a coisa não atropele, para que não haja essa justificativa de querer botar nas costas do conselho qualquer erro que o próprio poder público causa. Às vezes, o empecilho não é o conselho, às vezes é o tropeço do poder público que quer jogar nas costas desse conselho. Muito obrigado. **Presidente:** Mais alguma manifestação? **Conselheiro Elson Rocha**: Boa tarde. Conselheiro Elson Rocha, da cadeira do Folclore e Carnaval. Quanto à comissão, eu acredito que se faz necessário, a gente precisa, porque na eleição passada o nosso mandato praticamente acabou. A gente passou o ano todinho brigando e nós não discutimos o rito da eleição, então acho que é importante que a gente possa discutir esse rito da eleição e que a gente faça com calma, porque se a gente sair adiando, adiando, adiando, quando chegar lá na frente e a gente tentar discutir, é o mandato que está se encerrando. Aí começa aquela discussão: estão discutindo porque é causa própria. Então eu acho que nós vamos ter que discutir, vamos ter que montar a comissão, vamos ter que ouvir a sociedade, vamos ter que abrir a discussão aí e não perder tempo. Obrigado. **Presidente:** Bom, considerando as falas dos conselheiros, considerando que essa é uma tarefa que precisa de tempo de maturação para que não tenhamos os atropelos que houveram na última eleição, eu vou manter essa primeira pauta de formação da comissão eleitoral. E aí eu já pediria para que os conselheiros se colocassem à disposição. Eu confirmei: são três membros na comissão eleitoral. Eu gostaria de saber quem. Vou lembrando que não poderá se candidatar quem fizer parte da comissão. Então fica formada a comissão eleitoral pelo conselheiro de Folclore e Carnaval, Elson Rocha, pelo conselheiro de Circo, Vanderley Pinheiro, e pela conselheira de Teatro, Jordânia Damasceno. Passamos para o segundo item de pauta é **2. A aprovação do balanço patrimonial do Fundo Estadual de Cultura – FEC**. Mais uma vez, suspendo a moderação por 15 minutos e concedo a voz à senhora Eliséa Batalha para as explicações e, ao final, daremos o encaminhamento, se necessário. Só para registrar: a conselheira Lucimar Marques colocou no chat que também quer fazer parte dessa comissão. Então temos quatro pessoas, duas mulheres e dois homens, confere? Ah, para ti, não dá? Perdão, conselheira, me deram a informação aqui errada. Bom, então

permanecem os três que estão. Depois outros membros podem aderir, enfim, conforme o processo for andando. Lembrando que também temos outros meios e caminhos. A gente está com a nova lei aí para ser votada, enfim, vamos ver o que acontece daqui para lá. Então, por favor, senhora Eliséa, fique à vontade. **2. Aprovação do Balanço Patrimonial do FEC. Eliséa Batalha**: Boa tarde, eu sou Eliséa, da contabilidade da Secretaria de Cultura, e a gente faz a secretaria do Fundo conforme está estabelecido na lei. As peças que nós mandamos para os senhores, para conhecimento, retratam o balanço em 31 de dezembro de 2024. Nós já estamos em maio. Então os valores que estão lá são decorrentes de 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024. São aquelas situações que estão lá. Então, foi encaminhado para os senhores o balanço orçamentário, o balanço financeiro, o balanço patrimonial e as variações patrimoniais. Dessas peças contábeis que foram enviadas para os senhores, alguém tem alguma dúvida, alguma pergunta, algum questionamento que a gente possa estar esclarecendo? **Conselheiro André Durand:** Eu gostaria de solicitar e sugerir à Vossa Senhoria que esse material fosse disponibilizado online, para a gente ver se o extrato não sofre influência humana para ser alterado. Então, eu gostaria que ele fosse disponibilizado na tela, até mesmo porque a gente tem alguns suplentes aqui de algumas cadeiras que gostariam de ter acesso a essa informação, que é de extrema publicidade, e eu fico até. (inaudível). **Presidente:** Enquanto a gente prepara aqui para apresentar em tela, quero dar as boas-vindas ao Mencius Melo, da cadeira de Música, que entrou agora, Cristina Helena, da SEFAZ, que está online, Mike Soares, representante das secretarias municipais, que também está online, bem-vindo, e a Erica dos Santos, da SUFRAMA, que também está online. **Luciane Ituassú:** Conselheiro, considerando que a mudança de slide está com o técnico aí, considerando que a necessidade da visualização partiu do conselheiro André, não sei se o senhor poderia... já pode passar para ele, conforme o senhor vai analisando. **Conselheiro André Durand:** Eu prefiro que vocês façam essa demonstração porque é interessante, e eu queria até parabenizar o atual secretário pelo membro da secretaria, do local de origem, estar presente para deliberar e tirar as nossas dúvidas aqui enquanto conselheiros. Até mesmo porque o nosso papel aqui é fiscalizar e, assim, não retardar o processo. E é interessante também, eu espero que nesse material tenham pelo menos todos os

comprovantes inseridos nele. Aí o representante do MinC e também os beneficiários que tiveram esses repasses. É uma sugestão. **Eliséa Batalha:** Esse material, ele é só das demonstrações contábeis. O que é isso? Vai ter só os balanços financeiro, o balanço orçamentário, o balanço patrimonial e as variações patrimoniais. As demonstrações como os beneficiários, o valor que foi recebido, não vai constar aqui. Vai constar, mas de forma muito resumida, porque isso aqui é só a situação estática lá em dezembro de 2024, está bom? Então essas outras informações detalhadas nós não teremos nesse momento aqui na aprovação dos balanços. **Luciane Ituassú:** Só para esclarecer, nós recebemos por memorando do conselheiro Pedro Cacheado a solicitação do extrato detalhado do Fundo Estadual. A contabilidade já trouxe pra gente essa resposta, eu vou compilar para estar encaminhando para vocês, está bom? **Conselheiro Ludimar Kokama:** Mas se torna complicado, doutora, porque se aprova hoje, independente de for aprovada ou não, aí se apresenta uma documentação posterior. Como que vai se verificar posterior, se já foi aprovado hoje? Vamos com calma aí, doutora, eu ainda não vejo fala. Quando se trata de contabilidade, embora eu seja apenas um estudante de contabilidade, para eu visualizar isso aqui se torna fácil, porque eu entendo do processo. Mas para os colegas conselheiros que não são da área, como vão se entender? Porque se trata de número, e muitos não sabem diferenciar dentro da contabilidade o que que é débito e o que é crédito. A senhora compreende onde estou tentando chegar? Então eu acho que essa apresentação, como foi questionamento do conselheiro André, que ela fosse de fato apresentada na sua totalidade: os contratos, quem foi beneficiado com os recursos que foram destinados ao fundo. É somente isso. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Seguindo a fala do conselheiro Ludimar, que tem um pouco de conhecimento da área contábil, eu não vejo aqui o detalhamento apurado de tudo que foi pago, quem recebeu, qual foi o dia que pagou, quais foram as empresas que foram contratadas, quais foram os valores que foram empenhados, para quem. Eu acho que é importante estar aprovando aqui e, posteriormente, receber algum documento para que se possa dar validade. Esse microfone aqui está falhando. A gente não tem um microfone que preste aqui. É temerário a gente depois estar fazendo remendo aí numa aprovação que está sendo feita. Aí eu acho um pouco temerário.Parte inferior do formulário **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Seguindo a fala do

conselheiro Ludimar, que tem um pouco de conhecimento da área contábil, eu não vejo aqui o detalhamento apurado de tudo que foi pago, quem recebeu, qual foi o dia que pagou, quais foram as empresas que foram contratadas, quais foram os valores que foram empenhados, para quem. Eu acho que é importante estar aprovando aqui e, posteriormente, receber algum documento para que se possa dar validade. Esse microfone aqui está falhando. A gente não tem um microfone que preste aqui. É temerário a gente depois estar fazendo remendo aí numa aprovação que está sendo feita. Eu acho um pouco temerário. **Presidente:** Eu queria só uma questão de encaminhamento, que ela apresentasse. Aí a gente deixa em aberto se a gente vai aprovar ou não, porque é importante a gente também entender. Eu, pelo menos assim, sou a primeira vez que eu vejo um balanço assim. Então, para a gente entender como que funciona, se virão outros. Acho que a gente aprova ainda o desse ano, do ano que vem. Então, se puder fazer uma demonstração, explicar para a gente o que é, e se a gente achar que é necessário, a gente pode pedir outras informações. Senhores, tudo bem? **Luciane Ituassú:** Antes de passar a palavra para a contadora Eliséa, trazer um esclarecimento. Quando a gente está falando de demonstrações contábeis, especificamente essa que foi encaminhada para vocês, é uma demonstração que faz correspondência ao exercício de 2024. Exercício esse que vocês já receberam uma prestação de contas. Exercício esse que vocês receberam todos os extratos detalhados via e-mail, de contemplados. Tudo foi encaminhado por e-mail. Então, depois a gente vai verificar junto ao administrativo para relembrar os memorandos que nós tivemos acesso. Eu não sei se o senhor fez a solicitação por memorando. A gente trabalha de acordo com os memorandos que vão chegando junto à assessoria. O memorando que chegou para a gente solicitando isso foi um memorando assinado pelo conselheiro Pedro. Então, ano passado, o exercício de 2024, essa prestação de contas dos contratos que foram celebrados, das contemplações, isso tudo foi encaminhado via e-mail. Porém, se vocês estão informando que não receberam e-mail ou não tiveram acesso, depois a gente vai verificar com o ADM para relembrar esses envios e vocês poderem localizar nas caixas de e-mail. Ainda, pontuando essa demonstração contábil é uma demonstração sintética. Ela não é uma demonstração analítica. Ainda que haja qualquer tipo de aprovação hoje relacionada a essa demonstração sintética, por que é que a gente está trazendo uma demonstração

sintética? É uma demonstração que a legislação pede que haja uma publicação. Em virtude dos prazos, nós estamos trazendo para conhecimento de vocês e aprovação para posterior publicação junto ao Tribunal de Contas do Estado. Caso haja, a pauta permaneça e caso haja algum tipo de aprovação, posteriormente, se for detectado algum tipo de divergência ou incongruência junto às informações, é também passível de abertura de processo administrativo para retificação. Então, só esclarecendo, para critério de conhecimento. **Eliséa Batalha:** Esse é o balanço orçamentário. Ele é composto por quatro folhas. O que é isso? Essa é a previsão inicial, é o que a gente abre. O orçamento anual, que vem na LDO, na LOA, e aí tem as previsões, tem as receitas realizadas e o saldo que a gente fechou. Um esclarecimento para voltar à próxima lâmina: que a mediadora lesse o artigo, e lá acredito que na quarta linha, considerando que fosse itálico ou negrito para sinalizar qual é a competência. E para a senhora ver, doutora Anne, quanto é. É uma solicitação feita várias vezes pelo conselheiro Ludimar. É só para fazer um trabalho casado com a sua fala, conselheiro Wanderley. Há uma preocupação em aprovar e, na hora de atender esse colegiado, qualquer resposta sempre é tardia. Ela nunca chega no momento que a gente gostaria que chegasse. Eu gostaria também de sugerir, porque tem algumas pessoas com baixa visão que não conseguem entender. Não sei se é proposital essa ideia desses slides minuciosos para que a gente aprove. Eu não vou aprovar, já estou me antecipando. Eu não vou aprovar, porque eu não vou cair no conto do vigário, como naquela situação do distrato que a gente aprovou e, quando chegou a hora, a gente acabou sendo comido pelo próprio veneno. **Luciane Ituassú:** Presidente, considerando a fala do secretário, não é interessante então suspender? Porque, se já está entendido pelos conselheiros que não haverá aprovação nesse momento... Eu vou novamente, eu vou me repetir: do exercício de 2024, eu, com propriedade, posso dizer que foram encaminhados ao e-mail do CONEC. Vou verificar, porque eu mesma fiz o encaminhamento. Vou verificar junto ao administrativo se, de fato, foi repassado a todos os membros. E aí, o que a gente talvez possa fazer para facilitar, é compilar todas as informações em um documento só e encaminhar para o e-mail de vocês, para que vocês, até em casa mesmo, possam fazer uma análise mais detalhada. E aí a gente encaminha para eles. Foi feito o encaminhamento. Não é do exercício 2024 a prestação de contas, mas depois a

gente verifica. **Conselheiro Ludimar Kokama:** Presidente, seguindo a fala da doutora Luciane, eu acho então que tudo o que é tratado dentro da reunião ordinária ou extraordinária e que vai para a ata, a ata deste conselho não tem validade. Porque todas as vezes que eu solicitei um extrato da conta do Fundo Estadual de Cultura, foi na plenária. Então eu acho que tudo o que é discutido dentro da plenária não tem validade. (inaudível) Olha só a situação, só para te ver. Se só for oficial por e-mail ou ofício, então, se a plenária não tem validade, então não há necessidade. **Presidente:** Assim que a gente fez, na primeira chamada eu fiz esse pedido. E vocês receberam um memorando solicitando esse extrato. A gente sempre fica com essa responsabilidade, eu e o administrativo, secretário-geral e administrativo, de fazer essa solicitação aos entes para os encaminhamentos. A gente pode ver o que foi que aconteceu e fazer disso um encaminhamento mais proveitoso ao final de cada reunião, se for essa a metodologia que precisa ser feita. Então, assim, eu vou acatar a suspensão da pauta, e aí pedindo para que a gente faça uma reunião específica para essa explicação detalhada. Eu recebi o documento. Porque assim, eu recebi, eu li, eu consigo entender algumas coisas, mas a gente esperava que tivesse uma explicação detalhada de um profissional, que foi isso que nós entendemos a partir da pauta que foi solicitada pelo administrativo. Então te peço desculpas por ter tomado teu tempo. A gente marca uma extraordinária para se debruçar sobre isso. A gente faz isso de forma detalhada. Eu vou também encaminhar ao administrativo, solicitar para que verifique sobre essa prestação de contas, porque eu não me recordo de ter recebido. Mas, em tempo, temos condições de receber e analisar, e isso fica também para essa reunião extraordinária. Obrigado, doutora Eliséa, pela participação, e pedimos desculpas pela tomada de seu tempo. **Conselheiro André Durand:** Presidente, eu gostaria só de sugerir ao senhor que transferisse a fala da doutora Luciane para o colegiado, sugerindo a retirada da pauta. Porque a retirada surgiu por parte da assessoria, e tem que ser para os conselheiros. E eu fico até feliz pela sua presença, porque, quando eu solicitei, enquanto secretário-geral, lá no Palacete, presidente, o ex-presidente não queria dar o extrato, super irônico, porque não queria dar e jogou sobre a mesa. E aí, se a gente for pelo **artigo 7º** – por isso que eu queria que a senhora lesse, a prestação de contas tem que ser anual. E eu não sei por que escondem essas informações desse colegiado. E quando a

gente pensou, a gente pensou que vinha tudo detalhado. Até mesmo, doutora Luciane, comigo, quando o secretário Cândido sugeriu que a gente mantivesse o distrato, depois tinha que ter cancelado o extrato. Isso tudo deixou a gente mais preocupado. Então, por isso, a gente precisa ter muito cuidado. **Presidente:** Assim, eu entendi que a maioria queria, mas eu posso colocar em votação. Podemos suspender esse item de pauta. Senhores, quem é a favor, por favor, mantenha-se como estão. Alguém contrário, se manifeste. Abstenções? Então, aprovada a suspensão. E, mais uma vez, agradecer à Eliséia Batalha pelo tempo dela disponibilizado para nós. Feitas todas as considerações, vamos ao próximo item de pauta de hoje **3. PAINEL DEMONSTRATIVO PNAB CICLO 1 – MINC AMAZONAS.** Mais uma vez, suspendo a moderação por 15 minutos e concedo a voz ao representante do MinC para as explicações. E, ao final, daremos o encaminhamento, se necessário. **Ruan Octavio da Silva Rodrigues:** Boa tarde, conselheiras e conselheiros, conselheiros online. Em nome da nossa conselheira também nacional, Lucimar, nosso presidente do Fórum de Secretários, conselheiro Mike Soares, cumprimento os conselheiros aqui presentes presencialmente, nosso presidente em exercício Pedro Cacheado, a nossa conselheira Jordânia, a qual eu cumprimento todas as mulheres aqui presentes. Pessoal, eu trouxe um resumo, um grande resumo para vocês, trazendo alguns dados e uma planilha detalhada da situação da execução dos recursos da PNAB no primeiro ciclo. Nós temos aqui, na página 4, o valor total que o Amazonas recebeu, que é de **R$ 38.702.531** (trinta e oito milhões, setecentos e dois mil, quinhentos e trinta e um reais). Isso só o Estado, no caso, a Secretaria Estadual. E os municípios receberam **R$ 29.730.000** (vinte e nove milhões, setecentos e trinta mil reais). Esses são os valores totais recebidos pelo Ciclo 1 da PNAB. Na página seguinte, eu faço uma análise de quanto os municípios receberam, quanto rendeu esse dinheiro, qual é o valor gasto e qual é o percentual do município. Então, nessa página, vocês conseguem ver, quando falarem com os municípios: "Olha, deixa eu ver como é que está a vida de vocês aí nos municípios. Vocês já usaram o dinheiro? Não usaram o dinheiro? Quanto dinheiro tem?" Vocês já podem ir tirando a dúvida dos municípios. E aqui atrás, eu tenho um problema que eu vim tratar com vocês, que está na página 7. Na página 7, eu tenho 20 municípios com baixa adesão, que não alcançaram, por exemplo, 10% de execução financeira. Esses são os municípios com problema

e que nós vamos precisar pensar juntos. E aí o motivo da minha vinda aqui é justamente a gente pensar juntos como vocês podem ajudar nisso. Já dentro da tarefa de vocês que vocês já executam de forma brilhante, nos ajudando, mas ver como conseguimos colocar uma força maior em cima disso, para que o Amazonas chegue, pelo menos, a 95% de execução. Lembrando que essa execução pode ser feita até **30 de junho** (trinta de junho). É o prazo para execução financeira por parte do Estado e dos municípios. E lembrando: nós estamos passando por um processo de adesão do segundo ciclo da PNAB. Todos os municípios já podem aderir, independente de já terem usado os 60% ou não. Então todo mundo pode aderir. Mas essa pauta nós vamos tratar daqui a pouco. Eu quero tratar com vocês aqui porque tem município a exemplo de Uarini, Urucará, por exemplo que está zerado. O dinheiro está lá, e está zerada a execução. Então esse é um grande problema que nós temos. E o outro problema que nós estamos tendo é o problema de comunicação direta com o secretário, com o prefeito. Já ouvi, fazendo um relato bem franco, porque aqui estamos entre colegas, de prefeitos dizendo que não vão executar esse recurso porque é um recurso do governo federal. E o que eu tenho dito é: o governo federal repassa o recurso, mas o recurso é dos fazedores de cultura. Foram os fazedores de cultura que lutaram para que se tivesse esse recurso. Agora, a gente precisa que vocês façam isso. E temos essa grande dificuldade. Um município ou outro tem dado uma olhada com mais atenção. Desses daqui, tem ido. No caso de Anamã, por exemplo, que o conselheiro André tem acompanhado, está em **4%** (quatro por cento) de execução, mas já estão lançando os editais. Então, na próxima semana, já deve estar melhorando. Então, desses três municípios, é através do fórum que já nos ajudou, já vai melhorar esse quadro. É claro que esse quadro foi fechado ontem, às 16 horas (dezesseis horas). Talvez tenha mexido uma coisa ou outra. E o que quero combinar com vocês também vocês que têm contato nesses municípios, com fazedores de cultura e secretários é: dá uma ligadinha e pergunta: está zerado? O que está acontecendo? Precisa de ajuda? A SEC também tem nos ajudado bastante no esclarecimento de dúvidas. A turma da Assessoria de Políticas Públicas Culturais, inclusive, quero agradecer aqui de público ao Tiago, às meninas aí que têm nos ajudado com essa tarefa com os municípios. Então, esse aqui é basicamente um primeiro Raio-X para vocês ficarem balizados, para

a gente balizar as informações. Quando vocês forem para os municípios ou falar com os secretários, com os fazedores de cultura, a gente tratar já também dessa execução financeira que está detalhadíssima para vocês. **Conselheiro André Durand:** Eu queria só contribuir com a sua fala, Ruan, sobre Anamã. Esse valor aí se refere apenas à assessoria. Eu estou indo para lá amanhã com eles. Eles já lançaram o edital. Eu fiquei três dias na cidade trabalhando com eles. O edital foi muito bem discutido, só que os fazedores de cultura lá estavam meio apreensivos, não é, Ruan? Até mesmo porque é uma empresa que prestava serviço para a prefeitura. Ela foi contemplada nos editais da LPG. E aí é estranho isso: uma empresa que prestava serviço para a prefeitura ganhar os próprios prêmios. E aí foram motivadas algumas denúncias. Eu compartilhei com o Conselho, despachei para o secretário Pedro. Acho que o secretário Pedro já deve ter despachado para vocês, Tiago, para vocês devolverem para o Ruan. E o que me chama atenção no seu relatório, que eu gostaria também de sugerir para o senhor, é que o senhor também disponibilizasse e que causa estranheza na gente, Elson e Lucimar são os municípios que tiraram o recurso de uma determinada conta para outra conta com o mesmo CNPJ. E contas também com o valor zero. Eu gostaria de solicitar também aos conselheiros, que nós tratamos aqui no primeiro dia com o secretário Caio André e o presidente Pedro, a questão de Iranduba. A moça manda assim: “Esse prefeito (...) está dizendo que vai devolver o dinheiro da Aldir Blanc para o governo federal, alegando que não tem manifestações culturais em Iranduba.” Como podemos agir? Falei: abre uma denúncia urgente ao Ministério Público. Como não? Se contrataram uma empresa para gerir os **5%** (cinco por cento). E isso causa estranheza. E a moça colocou: “Olha, ainda...” Então, Ruan, em outras situações onde essa empresa andou, ela deixou um buraco nesse fazedor de cultura, que às vezes nos aborda e até os próprios secretários “Olha, se a gente soubesse, não tinha aceitado, Pedro, a indicação de fulano para contratar essa empresa.” Isso causa estranheza. Sabe por quê, Tiago? Eram esses conselheiros, junto com essa assessoria de políticas culturais, que era para estar nesses lugares, prestando assessoria, doutor Sérgio, para esse fazedor de cultura e para esses secretários que estão perdidos. Eu estou trocando figurinhas direto contigo, com o Júnior Afro, até com o Bil, a respeito da gente realmente fazer isso, sabe, Ruan? E eu gostaria de me colocar à disposição, como todos os conselheiros, para a gente

somar nessa força-tarefa. Agora, por que ainda tem resquícios desse governo, desse ex-presidente que vai ser preso ainda nesses municípios que não querem aderir porque dizem que o dinheiro é do governo federal e vem diretamente do Lula? Isso é muito triste, porque como eu falo nas palestras, como os conselheiros falam: o dinheiro da prefeitura não é dos vereadores, não é do governador, é dos fazedores de cultura. Ele só tem que lançar o edital, pagar e aguardar. Mas eu gostaria que vocês se debruçassem nessa questão de Anamã, para a gente colocar na prisão essas pessoas que usaram de má fé com essa questão do recurso da LPG, que foi bloqueada, e o restante dos artistas não teve acesso. E que o senhor atentasse e olhasse também: por que esses municípios como Marli, Coari, Fonte Boa, Lábrea, Manacapuru, Santa Isabel do Rio Negro, São Paulo de Olivença, Urucurituba, mudaram essa conta agora? Com qual propósito de mudar? **Presidente:** Mas onde está isso? **Conselheiro André Durand:** No próprio MinC, no próprio site do MinC. E aí, isso me causa estranheza. Muito complicado. Mas aqui fica o meu voto de confiança a todos vocês. Obrigado. **Conselheiro Maick Soares:** Eu vou falar só porque foi citado o meu município. Eu quero perguntar ao conselheiro André: que conta é essa que foi mudada? Que conta é essa que foi mudada? **Conselheiro André Durand:** Não é a conta que foi mudada, conselheiro Maick. É recurso transferido para outra conta do mesmo CNPJ. Os valores foram depositados em uma determinada conta criada pelo próprio governo federal, e esse recurso foi tirado dessa conta e passado para outra conta com o mesmo CNPJ. O que causa estranheza é que, até então, o senhor era secretário desse município, e foi reconduzido ao cargo hoje no próprio governo do PT, no município de Urucurituba. E aí, alguns municípios que não querem aderir à Política Nacional, conselheiro Maick, atuaram no primeiro momento. Então, se você pactuou, Ruan, você tem que cumprir, tem que fazer valer. Obrigado. **Conselheiro Ludimar Kokama:** Ruan, referente ao município de Santo Antônio do Içá. Eu estive em dezembro lá no meu, que eu sou filho deste município, e eu estive conversando com o secretário de Cultura, que é o senhor Valeri Acriz, e ele tinha me informado que tinha lançado o edital. Tanto que, em janeiro, eu recebi o convite por parte da Secretaria de Cultura do município para avaliar alguns projetos. Eu avaliei mais de 20 projetos dentro do meu segmento, que é cultura indígena. Aquele consta só como 3,1% realizado, executado. Eu acho que deve

ter algum, porque foram editais. Tinha 3 editais lá. Então era o recurso, na sua totalidade, que tinha sido empenhado, foi o que eu soube no momento. Acho que é mais para contribuir nesse sentido. **Luciane Ituassú:** Na verdade, eu só pedi a inscrição para critério de esclarecimento, Ruan, porque assim, tanto o nosso conselho presencial quanto o online são multiplicadores das informações. Então, para a gente não estar gerando nenhum equívoco, que são revisitadas as falas diante de outras populações. Na tua fala, tu trouxeste a informação sobre a execução em junho, como se fosse uma data limite de execução e prestação de contas. Aí eu só gostaria de relembrar que o **DECRETO Nº 12.409, DE 13 DE MARÇO DE 2025 altera o Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022,** que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Ele revogou esse prazo para execução, trazendo a política de uma forma contínua. Então são ciclos contínuos, onde essa data de 30 de junho já caiu, ela não existe mais. É só para esclarecimento, para a gente também não divulgar uma informação equivocada. Essa execução... por isso até que o conselheiro Dudson estava preocupado na época dos editais, aí eu falei: "Não, conselheiro, calma que a data caiu." Então a gente consegue trabalhar de uma forma mais calma, sem muita pressa. E quanto à prestação de contas, Ruan, a gente ficou um pouco confusa porque ainda não tomou conhecimento dessa fundamentação legal. Então, se tu puderes compartilhar conosco, a gente agradece. **Ruan Otavio:** Claro, claro, compartilho sim. Só respondendo. Vamos fazer assim, bloco, porque senão a gente acaba se perdendo. Anamã está ok, está pacificado. Santo Antônio do Içá, eu vou colocar na planilha mais ampla de que está sendo realizada a execução dos editais, tá? E sobre a questão da Luciane, sim, é verdade, mas a gente precisa ficar atento a esse prazo do dia 30 de junho. Por quê? Porque até 30 de junho, quem não executou 60% não vai ter acesso à próxima parcela cheia a parcela do segundo ciclo. É por isso que eu estou insistindo que precisa executar até o dia 30 de junho. Primeiro, para duas coisas: para que a política seja executada lá na ponta, de fato, que o dinheiro seja utilizado pelos trabalhadores da cultura; e a outra, para que os municípios possam ter a parcela cheia do segundo ciclo da PNAB. É exatamente por isso que nós estamos insistindo no dia 30 de junho inclusive é uma fala do próprio Conselho Nacional, de a gente insistir no 30 de junho para que os municípios consigam ter a parcela cheia do

segundo ciclo. É isso. **Conselheiro Elson Rocha:** Só para levar informação. Eu faço parte da Executiva Nacional, e quando se diz assim: "não tem mais o limite do dia 30 de junho", o que mudou diante disso é que, antes, teria que devolver; agora, não devolve mais. Porém, não recebe a próxima etapa. Então, a lei está nessa fase. Isso. Então, é isso. Não tem mais essa limitação, claro, porém, não recebe. **Thiago Hermido:** Não recebe nesse ciclo, nessa etapa. Mas ele também não perde. O que ele perde são os quarenta por cento (40%), por exemplo. Vamos dar um exemplo prático: Parintins recebeu um milhão (1.000.000) no primeiro ciclo, não alcançou os sessenta por cento (60%), não recebe os quarenta por cento (40%), não recebe do segundo ciclo. Mas ele não perde dinheiro. No terceiro ciclo, quando se abrir novamente, Parintins pode aderir para executar o segundo ciclo que ele não executou. Por isso que eles tiram o limite de cinco anos da PNAB, e ela vira permanente. Permanente vira cinco ciclos infinitos até ele terminar, entendeu? Agora, se ele não aderir, esse recurso é redistribuído entre os municípios. É permanente. O dinheiro vai continuar lá. Eles estão chamando até como se fosse uma poupança. Esse recurso dos municípios está garantido. Ele só não é garantido no seu lapso temporal. Enquanto alguns vão estar executando o terceiro ou quarto ciclo, outros vão estar executando ciclos anteriores. Por exemplo, enquanto alguns municípios e estados vão terminar em 2029, alguns vão terminar em 2030, 2031, até o final dessa legislatura. Se aprovar novamente, talvez mais ciclos ou se incluam mais ciclos nesse processo da PNAB, que é o que está sendo estudado agora. Então, os municípios não perdem esse recurso. Porém, naquele ciclo daquele ano, vai ter município, pelo que a gente está vendo aí, muitos, inclusive por isso que eu acho que o Ruan chama a atenção de que é indispensável que eles cheguem aos sessenta por cento (60%), que é justamente para que, no ano que vem, a gente não tenha, sei lá, mais da metade dos municípios do estado do Amazonas ainda no ciclo 1. Isso, querendo ou não, faz um atraso. Agora imagina para gente, Conselho, ter que estar nesse lapso temporal de que o que a gente está discutindo agora é a PNAB do ciclo 1, enquanto tem outros municípios que vão estar no ciclo 3 ou no ciclo 4. E outra, pessoal, vamos ser bem francos, todo ano muda. Imagina se a gente tivesse feito essas escutas já com essa nova normativa mudou tudo, praticamente, inclusive a Lei Cultura Viva. Então, por mais que a gente até discuta a gente discutiu isso aqui no Conselho de que a

gente tem que dar mais celeridade, mas a gente não consegue, porque o negócio muda todo o tempo. Instrução normativa muda a todo tempo. E a gente agora, por exemplo, segundo ciclo, a Lei Cultura Viva permitir, dentro daquelas porcentagens, fazer a Teia, por exemplo. Agora, quem vai executar a Teia? É uma outra discussão que a gente vai precisar que também está na pauta de mais tarde de a gente falar desses outros ciclos. Mas só para ficar claro essa questão do recebimento ou não do recurso. **Conselheiro Elson Rocha:** Apesar de eu não concordar com a fala quando diz que o município não perde. Município não perde, quem perde é o fazedor de cultura quando um prefeito não executa, então é o que eu digo na nacional e eu vou continuar dizendo: o município perde, mas quem perde mesmo é o fazedor de cultura a cada atraso desse. **Presidente**: Bom, é notório aqui, senhores conselheiros e conselheiras, que vários municípios que nós visitamos estão nessa lista. Maués, por exemplo, naquela minha visita, está executando neste exato momento, viu Ruan? Maués está executando neste exato momento. Inclusive, eles prorrogaram o prazo de inscrição, está em andamento. Novo Airão me surpreende, Parintins me surpreende muito, Presidente Figueiredo, se eu não me engano, está executando. Barreirinha, a conselheira deve já falar, também estava prestes a lançar. Então, primeiro, eu queria lembrar que isso aqui está dentro do nosso processo de monitoramento, que a gente vai fazer assim que o instituto for promulgado como nossa nova assessoria. E que a gente precisa fazer esse trabalho de vir para cá, ligar para os municípios, tentar falar com os secretários, verificar se eles estão precisando de alguma coisa. E eu acho que, inclusive, em alguns em que ainda não fomos, pelo menos isso. Santo Antônio do Içá, André, como é que ficou lá? Então, assim, depois da reunião com o fórum, eu tenho certeza de que tem muitos municípios aqui que estão prestes a executar. E aí eu queria entender o que é que a gente pode fazer em conjunto, viu Thiago, para começar a fazer esse trabalho a partir desse relatório do Ministério. Você tirou da minha boca as palavras que o conselheiro Elson falou, porque, gente, o secretário, às vezes até o prefeito, está lá com seu salário em dia, e o que a gente precisa é sensibilizar essas pessoas. Iranduba, por exemplo, já me preocupa muito, porque a gente já tem falas de que o prefeito disse que não tem artista em Iranduba, que não tem fazedor de cultura em Iranduba. Então, assim, quem está perdendo é o fazedor de cultura lá da ponta. **Primeiro**, o cara que

nunca teve um apoio desse, agora passa a ter. Tem uma forma direta de incentivo e não está sendo incentivado. **Segundo,** o município perde em não arrecadar, mesmo com dinheiro que não teria se não fosse o governo federal, o governo Lula, circulando no município, gerando impostos. Isso também é, de certa forma, enriquecer o município. E o governo do estado também perde, porque, quando não circula material, consumo de insumos, etc., a gente também perde impostos. Então, a gente precisa se debruçar sobre isso e entender como podemos fazer essa busca posterior a esse processo. Eu vou aproveitar e falar aqui aos senhores: claro, as instruções normativas vêm porque agora o plano é flexível. Ele está sendo adaptado o tempo todo em prol do que a gente vê e pode corrigir. Isso é bom. Nenhuma adaptação que veio até agora foi o ruim. Mas a gente também, Ruan, o Ministério não está prevendo nenhuma punição. Então, simplesmente devolver o dinheiro é muito cômodo para um secretário ou para um prefeito que não quer fazer prestação de contas, não quer trabalhar, que acha que é dor de cabeça. Então, assim, eu pergunto: o que a gente pode fazer imediatamente? Onde é que a gente encaixa essas agendas entre Conselho, SPC, secretaria, para fazer essa busca? A gente precisa montar um plano para, a partir daqui acessar esses municípios. Eu, assim, já os que tenho conversado, vou tentar te posicionar a respeito do que está sendo executado. Eu sei que, por exemplo, Maués, eu tinha um comprometimento. Novo Airão, até este mês, ele lançaria. Eu não sei o que aconteceu com o Hércules, vou verificar. Parintins estava em andamento. **Conselheiro André Durand**: Eu queria só que o senhor me desse uma fala rapidamente. Por isso, a importância da criação do comitê de crise. A gente precisa urgente. Isso é uma das pautas. E só lembrando que todo o trâmite da documentação para a gente sobre Iranduba foi feito. Eu chamei agora a dona Symone para, vou até passar a fala para ela e aí, Thiago, o que mais estranha a gente, doutora Luciane e doutora Anne, é que na busca ativa houve uma blindagem para que a gente não adentrasse aquele município. O que causa estranheza é a fala de um gestor dizer que ali não existe artista. Existem milhões de artesãos, vários grupos de dança, um festival riquíssimo. Ali é, principalmente na questão do folclore e carnaval. Iranduba tem apenas um olhar gospel, sabe, doutor Sérgio? Isso me dói na alma, é isso? Um olhar para um determinado segmento e não pensar na sua pluralidade. E aí eu passo agora para dona Symone, mas a gente precisa tomar as providências a respeito de

Iranduba. E é que me calei também. Devolver é muito fácil, mas tinha até uma nomenclatura, que o município que aderiu, que pactuou, se não fizesse, ia ser enquadrado no... não era no SICAF, tem um outro nome lá no CADIN, para amedrontar mesmo essas pessoas, porque é quem perde. Como Elson falou, não é conselheiro Elson? o município não perde, mas quem perde é quem está ali pós-pandemia, tentando sobreviver. **Symone Farias**: Só para título de conhecimento, o administrativo encaminhou um e-mail com o Memorando assinado pelo conselheiro Pedro. Esse Memorando é datado do dia 20 de fevereiro e a ASPC fez a tramitação lá direto com o gabinete e a gente está aguardando resposta. **Conselheiro André Durand**: A conselheira Lucimar e os demais conselheiros estão no grupo de artistas de Barreirinha. Ela é uma guerreira lá, pedindo para que a Secretaria execute a adesão ao segundo ciclo, que é o que a gente está fazendo, esse trabalho formiguinha. E, às vezes, a gente até é tachado como chato por alguns coordenadores e secretários que não aceitam ser cobrados, mas o nosso papel é esse. O papel deles é executar. Obrigado. **LUCIMAR MARQUES**: Boa tarde novamente. Saúdo todos os meus colegas, conselheiros e conselheiras. A minha questão de falar aqui, é mais para agradecer a presença dos suplentes, também a presença do coordenador do MINC, o Juan, por estar compartilhando essas informações importantíssimas para todos nós. Vou me pronunciar aqui em relação a Barreirinha. Barreirinha está zerada, tanto na execução da primeira parcela da PNAB, como também em aderir à segunda parcela. Mas isso é como aquele ditado: "Santo de casa não faz milagre". Então, já fiz tudo que pude fazer. O conselheiro André pode provar, tanto no grupo, que está o secretário, subsecretário e coordenador, já fui falar presencialmente, agora estou pedindo uma agenda com o prefeito, mas nosso prefeito só está em Manaus. Temos até o dia 26 de maio para fazer a adesão à segunda parcela. Então, peço ajuda e colaboração de vocês, porque acredito que é mais fácil ouvir o de fora do que quem mora aqui. Era isso que queria passar para vocês, pedir ajuda do Mike, do Juan, dos outros conselheiros, até do nosso próprio presidente, o Cacheado, e o nosso secretário de estado. Vamos tirar um denominador comum para fazer com que nossos municípios realizem a adesão à execução da primeira fase e a execução do pedido da segunda parcela da PNAB. O Amazonas está muito atrasado nessa fase. Vamos unir forças e estou aqui para colaborar. Obrigado. **Luciane Ituassú**: Vamos lá, só para a

gente trazer um feedback acerca da questão de Iranduba. De fato, vocês encaminharam para a gente um memorando solicitando essa intervenção nesse monitoramento de Iranduba. Diante dessa informação, no dia 21 de fevereiro, a assessoria elaborou o Memorando 221/2025, onde consta o assunto: "Detalhamento de utilização dos recursos por municípios e visitas junto às prefeituras". "Senhor Secretário, considerando a importância das políticas públicas junto ao Estado do Amazonas e as inúmeras intervenções informais que os fazedores de cultura promovem em prol de resultados mais eficientes na execução dessas políticas; considerando o Memorando nº 6/2025 do CONEC, que solicita o agendamento de visita junto à Prefeitura do município de Iranduba para tratar sobre a PNAB; e considerando o quadro de detalhamento da execução dos recursos pelos municípios recebedores da verba federal, atualizado até 1º de fevereiro de 2025 no site do Ministério da Cultura que é essa mesma base de dados que o coordenador Ruan está apresentando para a gente. Percebe-se, naquela época, um quantitativo de 25 municípios do Estado que ainda se encontram sem nenhuma execução orçamentária dos recursos, conforme planilha anexa. Nesse sentido, aproveitando o ensejo do Conselho Estadual quanto à preocupação com o município de Iranduba, encaminha-se um quadro geral da situação no Estado, para fins de conhecimento e deliberação. Registre-se que o quadro geral pode ser trabalhado com visitas programadas junto aos 25 municípios e, para isso, considerando a finalidade do encontro, os custos de passagem e hospedagem conseguem ser cobertos pelos contratos vigentes do Fundo Estadual, que, à época, ainda estavam ativos. Caso seja do interesse adotar procedimento geral em outro momento, solicito a deliberação sobre o pedido específico do Conselho quanto ao município de Iranduba, para os devidos procedimentos." Fiz a leitura para que vocês entendam como é a forma que a gente recebe a informação de vocês e a repassa para o nosso Secretário. Após o encaminhamento desse memorando, o Secretário nos chamou para uma reunião, para entender mais profundamente do que se tratava. Explicamos para ele, e ele compactuou com as visitas junto a esses municípios. Ele pediu que a gente fizesse o levantamento dessas situações junto aos municípios, até mesmo para entender como fazer a abordagem e como realizar os questionamentos acerca desse monitoramento. Diante dessa ordenação do nosso Secretário, já iniciei algumas tratativas, mas não tive oportunidade ainda

de encaminhar os ofícios. E aí, hoje, com a brilhante explanação do coordenador Ruan, do Ministério da Cultura, trazendo de forma até mais resumida essa atualização, o que facilita ainda mais o nosso trabalho, vou me propor a fazer os ofícios de forma direta a esses que apresentam 0% de execução, que acredito ser o gargalo mais preocupante. A partir daí, conseguimos já deliberar qualquer tipo de planejamento. Eu ainda não trouxe essa devolutiva oficialmente, via e-mail, pelos memorandos que foram encaminhados, até mesmo porque eu ainda não tinha terminado a diligência. Mas estou aproveitando a oportunidade para trazer esse feedback para vocês. **Conselheiro André Durand:** Aí depois eu queria só uma devolutiva Thiago, sua, enquanto secretário-geral dessa mesa: como é que fica a situação de um município como Iranduba devolver o recurso? Como é que vocês vão fazer, como é que vocês vão redistribuir esse recurso a gente não quer. A gente quer que Iranduba faça o trabalho, para que essa verba atenda os fazedores de cultura. E, se for preciso eu me colocar à frente desse município como um escudo para esses artistas, eu vou me colocar. Porque só quem faz arte pela arte, arte por vocação, sabe o quanto dói na pele, desde a pandemia, o que esses artistas vêm sofrendo não só em Iranduba, mas nos 62 municípios que compõem o estado do Amazonas. **Thiago Hermido:** É porque a nova resolução não traz nada sobre essa restituição. O que ela trata é sobre a adesão. Por exemplo, se aquele município não aderir, que é a fase em que nós estamos agora, aí sim há a redistribuição. O único momento em que há redistribuição é na adesão, que é essa fase em que estamos agora da PNAB. **Presidente:** Só para esclarecer aqui, Luciane e Thiago, só para a gente entender: esse dinheiro saiu do Fundo Estadual e foi para essa conta do Fundo Municipal direto? **Thiago Hermido:** Não. Foi de município a município. **Presidente:** Então esse dinheiro nem volta para o governo do Estado? **Thiago Hermido:** Não. Vai direto para o Ministério. Só que, ainda assim, não há uma resolução que fale de algo que, indo pra lá, o Ministério invista. **Presidente:** No caso da LPG era a mesma coisa. [inaudível]. **Conselheiro André Durand:** Se conseguiu deliberar sobre essa questão do dinheiro que é devolvido do município para a União, doutora Ane? O Conselho pode sugerir? **Presidente:** Não, não tem. **Conselheiro Maick Soares:** Pessoal, boa tarde. Estava aqui olhando os municípios. De todos esses, a gente já tem tido contato com Autazes. Inclusive, o secretário lá está com muita dificuldade de compreender, mas tem vontade de

executar as coisas. Secretário novo. Barreirinha Lucimar, a gente tem falado mais com o coordenador lá, o Júnior Seixas, que também estão preparando os editais para fazer o lançamento. Pelo menos foi o que nos foi informado. Beruri: a gente está em contato com o prefeito. Codajás: o secretário Cleucir Barbosa Alves é muito atencioso, inclusive, ele deve fazer os encaminhamentos agora. O município estava vivendo o festejo do açaí, assim como Urucurituba também e, quando a gente faz evento, isso leva pelo menos um mês com a gente concentrado nisso tudo. A questão de Guajará: aqui não tem. Anamã, o conselheiro André já falou, o Eudo tem tocado as coisas lá também. Amaturá, sem retorno. Apuí também sem retorno. Iranduba: posso dizer para vocês que não tenho tratativas ali, apesar de o secretário estar conosco junto do nosso grupo do fórum. Itapiranga também estou acompanhando o secretário Neto. Vou perguntar para ele como está sendo o cronograma. Maraã: não tenho informações. Maués, os editais estão em andamento. O conselheiro Pedro já falou sobre isso. Novo Airão também, viu, Pedro? Eu inclusive vi postagens nas redes sociais da Secretaria. Parintins, também está ocorrendo, está executando, está encaminhado. Parintins eu acho que está sem preocupações. Presidente Figueiredo, não sei informar vocês. Santo Antônio do Içá, preciso perguntar para o Valeri como está o cronograma dele, se está em execução, enfim, não está sendo informado. **Conselheiro André Durand**: O Valeri já está aqui comigo na linha. Eu vou passar o áudio para o Ruan; ele só falta atualizar a plataforma. **Conselheiro Maick Soares**: Mas, na última vez que eu falei com ele, ele estava até pedindo ajuda em algumas coisas, mas eu também não consegui atendê-lo direito por conta da atenção aqui à festa do cacau. Tapauá: não sei informar. Uarini: vou entrar em contato com a secretária. Até então, não tinha informações aqui. Estou acompanhando, estão com um pouco de dificuldade, mas estou acompanhando. A questão de Urucará: estou em contato com o coordenador. Lá é a Secretaria de Educação e Cultura, e a coordenadoria, inclusive, está bastante preocupada, pedindo ajuda. Eu estou acompanhando e devo ir a Urucará por esses dias para acompanhar a turma direto lá. Esse município aqui da região, como é o caso de Itapiranga... Mas a maioria dos que estão citados na lista, a gente tem tido contato com a turma, pelo menos da nossa parte. Outras duas questões em relação à adesão agora: eu também já tinha pedido licença ao coordenador do MinC, do escritório, por conta das nossas festividades aqui.

Só deu tempo de a gente fugir um pouquinho para ir lá em João Pessoa, no Encontro Nacional dos Gestores. Mas já retornamos, já com muito trabalho aqui. Sexta-feira está programado, combinado com o nosso presidente e o secretário-geral Pedro Cacheado, com a equipe da SEC, também com o Thiago, uma reunião com os secretários, já para tratar da adesão e do cronograma desse novo ciclo. Em relação ao que foi citado aqui pelo conselheiro André, eu preciso solicitar informações ao nosso financeiro lá da prefeitura para poder dizer o que está acontecendo em relação a isso, até mesmo porque não sou ordenador de despesa, e quem faz as movimentações financeiras são o prefeito e o secretário de Finanças. Mas isso vou averiguar. E, claro, a gente vai aproveitar para averiguar também esses outros municípios que ele tratou, até para saber o que é realmente essa questão de CNPJ aí, que eu não entendi bem. Mas, enfim, pessoal, é o que a gente tem tratado aqui. A reunião na sexta-feira, acredito que o secretário Pedro vai poder falar melhor com vocês, e a gente está aí, junto, na força-tarefa para fazer com que o nosso estado faça a adesão 100% e que a gente consiga cumprir esse segundo ciclo. Muita gente mudou, mas a gente está buscando aqui orientar todo mundo para que a reunião do fórum, inclusive, que foi uma reunião de capacitação, sirva para todo mundo entender esse novo momento. Claro que até ali a gente não sabia bem como seria o novo ciclo, mas foi importante para eles entenderem um pouco melhor a Política Nacional Aldir Blanc. **Presidente:** Maick, vou contar contigo para a gente ir nessa fase de monitoramento que a gente vai fazer com esses municípios para nós, para nos ajudar. Já tem nos ajudado muito. Enfim, é mais esse entendimento de que a gente precisa sensibilizar. Eu acho que a única coisa que a gente pode fazer é sensibilizar e passar a assessoria técnica. É o que a gente tem feito até aqui, insistir para que eles façam, porque não pode deixar para o segundo semestre esse segundo ciclo, porque é menos dinheiro circulando na economia, menos dinheiro circulando para a cultura. É menos trabalhadora da cultura trabalhando. **Ruan Octavio**: Vamos lá. Começando por Urucurituba: realmente, eu olhei aqui o sistema e tem uma observação de um recurso transferido para outra conta, no mesmo CNPJ. Mas, a título de informação, eu estive em Urucurituba com o Maick ainda no ano passado. Ele já passou em revista o que estava fazendo, o que já estava executando, o que já estava em curso, e lá executou 103% do recurso. Então, está bacana. Esse caso eu sei que foi executado. Os outros, eu

já não tenho essa certeza. A gente vai precisar monitorar, ver como faz. Mas, no caso de Urucurituba, está tudo ok. Apesar da observação, ele me apresentou o edital, tudinho direitinho. Foi bem bonito lá o processo. Sobre Iranduba: a Luciane falou comigo, falou da dificuldade. Eu mandei também um ofício, no mesmo sentido do ofício que o Conec manda pra Iranduba, e também não tive resposta. Mandei pedido de esclarecimento sobre algumas questões, também não tive resposta. E falei com o secretário. O secretário disse: "Não, vamos tratar e tal. Eu tenho uma pessoa que cuida, e essa pessoa vai te ligar." O que aconteceu, Maick, só pra tu saber: em vez de ele mandar o áudio para o assessor dele, ele mandou para mim, descendo a ripa no Ministério, descendo a ripa na SEC, nos conselheiros... Então, foi difícil. Eu contornei, eu contornei. Em seguida, falei com o prefeito, e o prefeito me disse assim: "Olha, estamos vendo como é que nós vamos fazer, mas nós vamos devolver esse recurso." Eu disse: "Prefeito, não é certo. Primeiro porque tem gente que faz é cultura, eu conheço diversos fazedores de cultura no município. Segundo, lá na frente, o senhor pode se complicar, se o Ministério Público entrar, pedir esclarecimentos do porquê que não fez e tudo mais. E eu acho que o senhor tem uma perda política quando não executa uma política nacional." Então, eu apelei, inclusive, para a política, pra ver se se dava. Mas não deu. A título de informação: essa próxima semana eu solicitei, aqui a gente tem uma assessoria da Advocacia-Geral da União em Manaus, uma série de instrumentações deles que a gente pode trabalhar, no sentido da fiscalização disso, junto aos órgãos reguladores. E também tem uma reunião na próxima semana com a presidenta do Tribunal de Contas Estadual, pra gente tratar sobre isso. Eu já fiz uma prévia com ela, e ela se comprometeu a mandar mensagens a esses municípios, através do Tribunal, para que executem isso. Talvez seja mais um braço de apoio, que os municípios talvez escutem melhor. Talvez a Justiça eles devam escutar melhor, um tribunal de regulação, como o Tribunal de Contas do Estado. Então, eu já fiz isso. Vou fazer também uma visita ao Ministério Público Federal aqui, e também ao Ministério Público Estadual, para a gente fechar essas linhas de atuação juntos. **Thiago Hermido**: Se você me permite, só uma preocupação. É interessante tanto que o conselho, inclusive dentro da sugestão que o Pedro colocou aqui de como fazer essas abordagens. É interessante que a gente, de fato, estude bem e tentar entender bem de que forma a gente vai conversar com esses gestores, porque

por mais que a gente entenda, de fato, que o trabalhador perde na ponta e que a gente, num papel ali de cobrança, isso não gere nenhum tipo de intempérie político, porque nós sabemos que esses gestores vão estar aí por 4 anos, que é o tempo que resta da PNAB. Qual é a preocupação? De repente isso se tornar um problema político. Ele nem aderiu o próximo ciclo. Ele não aderindo o próximo ciclo, ele não precisa nem ser questionado por nenhum tribunal ou por ninguém, entendeu? Porque agora que ele recebeu o recurso e não executou, ele tem uma obrigatoriedade, ele deveria ter executado, ele recebeu o recurso, mas e se ele não aderir no próximo ciclo? E se ele não aderir mais na PNAB, sendo ele o gestor? Ele que vai lá e faz a adesão, como a própria conselheira Lucimar falou que está com dificuldade. Eu acho que é interessante a gente realmente entender essas abordagens para que a gente também, da mesma forma como a gente entende que quem perde é o trabalhador e não o gestor, mas vamos tentar também entender de que forma a gente não faz para penalizar esse trabalhador na ponta. De repente, esse gestor que não quer receber o recurso, porque é do governo federal, nem adere o próximo ciclo e nem adere mais a PNAB. Então isso é um risco que a gente corre, dos municípios simplesmente não quererem mais aderir. Então é realmente um trabalho de sensibilização que precisa ter ali uma escuta e uma atenção com muito cuidado para que a gente realmente não tenha... Só uma preocupação. **Ruan Octávio**: A preocupação do Thiago é muito importante, principalmente nesse momento de adesão. Nós estamos no processo de adesão do segundo ciclo, já entrando um pouco mais nessa pauta, até o próximo dia 26. Até agora, nós temos 18 municípios que fizeram a adesão. É uma adesão baixíssima. Esse número está em um segundo documento que está com vocês, estou colocando o número, e quero fazer um adendo: aqui ainda não estava o Estado, mas hoje o sistema já foi atualizado, e o Estado já entrou na adesão. **Luciane Ituassú**: Vamos lá. Vou explicar por que é interessante que todos fiquem na mesma página. Referente ao Ciclo 2. O Plano de Ação, como é de conhecimento de todos, houve uma troca de gestão por algum motivo que é desconhecido da Secretaria. O perfil do secretário Caio ainda estava vinculado a outra UG dentro do sistema TransfereGov. Por isso, quando o prazo foi aberto, não foi possível, de pronto, fazer o Plano de Ação. Houve toda a regularização, ficou tudo ok, tudo certinho. E ontem nós conseguimos acessar. Quando eu digo "nós", me refiro à autoridade competente,

que conseguiu acessar o sistema TransfereGov e fazer o envio do Plano de Ação. Esse Plano de Ação é praticamente automático. A gente não tem muita gerência sobre ele. Assim, só acessa o sistema, clica ali... é mesmo só uma formalidade que eles estão pedindo. Acho que o Ruan pode explicar melhor. O Plano de Ação foi feito e está em análise para aprovação. A partir do momento em que sair o status de "Aprovado", o Ministério vai liberar o Termo de Adesão para o Estado do Amazonas, na figura da autoridade competente, fazer a assinatura desse termo. Aí, a partir de então, é que a gente pode dizer que o Estado do Amazonas realizou, de fato, a adesão ao Ciclo 2. **Ruan Octávio:** Mas olha, então, o processo é esse. O que tem lá? O valor global. Clicou, clicou no outro botão, enviou. É basicamente um aceite. Dois cliques, tem um aceite e vai. O que é o processo de análise? É só a confecção do documento para assinatura. Então, quando eu digo que o Estado já aderiu, é porque a gente já passou essa etapa e já pode dizer que vai assinar. Então, Luciane, em uma semana já deve estar lá no Transfere para assinar. É mais ou menos sete dias que a gente está usando para fazer os termos. Mas eu quero discutir com vocês também. Primeiro, que nós montamos um grupo para fazer uma força-tarefa para a adesão. Está lá o Pedro, está lá o Fórum de Secretários, está lá a SEC e estamos lá nós. Colocamos mais dois técnicos de Brasília para ver as possíveis dúvidas que possam surgir e que o escritório possa não sanar. A equipe de Brasília vai sanar. Diante disso, vamos ter nossa primeira reunião na próxima sexta-feira, às 9h da manhã, e vai ser via Teams. A gente vai disponibilizar o link. Então, vai chegar antes, vai chegar amanhã, Pedro, e você pode disponibilizar para todos os conselheiros, para ficarem afiados nas dúvidas sobre a questão da adesão do segundo ciclo. Mas eu já trouxe um documentinho para vocês, com uma planilha também, mostrando quem já aderiu e quem ainda não aderiu. Temos aí 18 municípios que já aderiram. Uma hora dessas a gente já deve estar batendo 23, 24, porque o TransfereGov é toda hora. Então, esses dados a gente vai atualizar todo dia, às 16 horas. Todo dia, às 16 horas, vocês vão receber uma mensagem no WhatsApp, ou podem me cobrar, com a atualização. Não sei se vocês viram ontem uma mensagem de WhatsApp rodando nos grupos, já com quem aderiu e quem não aderiu. Pois é, essa mensagenzinha, todo dia às 16h, vai ser atualizada. Daí vocês vão ficar olhando: “o município tal já aderiu”, “Município tal ainda não aderiu”. Então vocês vão: “Oh, município tal vai aderir,

município tal já aderiu". Vocês vão receber isso diariamente. Eu mando para o Pedro, e o Pedro coloca no grupo para vocês, e aí, convocar vocês para pedirem aos secretários com quem vocês têm relação, aos fazedores de cultura, aos conselhos nos municípios, para que façam a adesão até o dia 26. Eu quero, até pelo menos o dia 20, poder dizer que o Amazonas esteve lá com 100% de adesão. E eu tenho certeza de que a gente vai ter, porque eu ainda vou lutar lá por Iranduba. Vou falar com o senador, vou falar com a Assembleia Legislativa, vou falar com quem for preciso para a gente fazer essa adesão e o Amazonas sair na frente com 100%. Então, a nossa data para ficarmos organizados será o dia 20, para fazermos um bonito card e recebermos um vídeo da ministra dizendo que o Amazonas aderiu 100%. **Conselheiro André Durand:** Thiago, eu não quero me sentir desmotivado com a sua fala, nessa questão da abordagem, até mesmo porque esses municípios vão lançar os seus candidatos a deputado estadual, federal e assim sucessivamente. Tanto é que, em Iranduba, eu vou ser bem irônico: a primeira-dama é candidata a deputada, então, eu espero que isso. **Presidente:** Não, mas só para a gente entender. **Conselheiro André Durand**: Não. Com certeza. Mas assim, eu só não quero chegar numa desmotivação desse colegiado. **Presidente:** Não é uma desmotivação, é para gente só ter cuidado. **Conselheiro André Durand:** Não, tudo bem. Mas só lembrando que ela é candidata à deputada e, se acontecer isso, já é uma bandeira para gente levantar. **Dr. Sérgio Cruz:** A minha fala é bem rápida, é apenas para dizer que o conselheiro André Durand está falando sobre o apoio da parte técnica nossa. Então, primeiro: a gente está sempre acessível, inclusive, essa semana que passou, o pessoal de Rio Preto da Eva entrou em contato comigo para tirar algumas dúvidas. A gente está sempre disponível para todo o estado do Amazonas. E tudo o que vocês tiverem de informações, ou se alguém quiser algo com vocês, pode passar também para a gente. A ASPC, o ponto focal deles é a PNAB, a LPG. Então, o que acontece? Toda essa parte que trabalha com fundo, eles que dão apoio para todo o Amazonas. Já a parte da nossa equipe de apoio, qual é? É o Plano Municipal de Cultura, que é outra coisa que o conselho tem que estar atento. Abordem os conselheiros municipais para relembrá-los de fazerem o plano municipal. Eles têm lá as propostas que elegeram nas conferências municipais e precisam saber o que estão fazendo em relação a isso, porque o plano municipal é importante. Assim como o Estado, nós aqui

estamos trabalhando com nosso Plano Estadual. Então, é só para relembrar vocês de que a nossa equipe está dando apoio e que podem passar o nosso contato para os municípios. **Presidente:** Sérgio e a cartilha do CPF? **Dr. Sérgio Cruz:** A cartilha do CPF, ela ainda está lá na SEC para ser aprovada pelo secretário. **Presidente:** Dá uma agilizada nisso para a gente poder juntos fazermos essa força-tarefa. **Dr. Sérgio Cruz:** Já vou até passar aqui para o Thiago, que a ASPC pode conversar lá com ele sobre isso. **Presidente:** Thiago, dá uma força para a gente lá. Obrigado. **Conselheiro Roberto Sá:** Boa tarde a todos. Eu vou falar aqui para todos. O tema hoje cai dentro do que eu vou falar. Nós tivemos uma sessão lá na Assembleia, e o deputado Wilker Barreto se mostrou disposto em conseguir recursos através da Lei Rouanet para os eventos do interior. Eu queria que, se a gente pudesse prolongar ou pudesse levar alguma forma de que o deputado pudesse ajudar, a gente, o agente e a ele, a saber como eles podem conseguir esses recursos via Lei Rouanet ou as leis de incentivo à cultura para o interior. Vocês, se houver essa disponibilidade, já que é uma demanda do deputado, que ele se colocou a favor de arranjar recursos para o interior, então não sei como é que a gente poderia ajudá-lo. **Ruan Otávio:** Vamos lá, sobre a Lei Rouanet. A Lei Rouanet está aberta. Ela fica o ano todo aberta, o Salic. Então, a cada dois meses, três meses, a depender da demanda, a gente tem um processo chamado CNIC, onde os emissários analisam os projetos e aprovam. Como é que funciona? Primeiro, é necessário ter um proponente no município, e o município precisa aderir ao Salic, que é uma interface. E, nessa interface, há inclusive mecanismos de compliance. É a interface mais completa do Ministério da Cultura, o Salic. Os projetos são então depositados conforme a descrição exigida, e a CNIC vai avaliar se aprova ou não. Se aprovado, no caso do município, a entidade com o CNPJ inscrito no projeto estará apta a captar o valor autorizado pela CNIC. Ou seja, após a submissão no Salic e a aprovação da CNIC, é possível, com a carta de renúncia, procurar a iniciativa privada para buscar o patrocínio desses eventos e projetos. Esse é o funcionamento. É importante lembrar que somente empresas que operam sob regime de lucro real podem patrocinar via Lei Rouanet. Empresas com lucro presumido não podem. Deve-se observar esse ponto, pois a partir de 4% do imposto de renda, as empresas podem fazer renúncia fiscal para financiar esses projetos. Muitas vezes, o município possui empresas que prestam serviços

para a prefeitura, e essas empresas também podem ser potenciais patrocinadoras, por meio da renúncia fiscal, dos grandes eventos nos municípios, a exemplo de Manaus, do Festival de Ópera, Festival de Teatro. Enfim, é isto. **Conselheira Jordania Galdino:** Boa tarde a todos. Boa tarde a todos, os dispositivos estão na mesa, no online, todos os conselheiros presentes. Vou me posicionar aqui como conselheira da cadeira do Teatro, mas também como conselheira do CONEC Amazonas, representante do CONEC Amazonas dentro do Conecta, que é o fórum nacional. Nós tivemos agora um fórum nacional dos conselhos estaduais e eu quero aqui me colocar à disposição junto ao Ruan e ao representante do escritório do MinC. Tivemos um encontro lá com o Binho, falei muito bem de você lá. Todo o nosso Amazonas entendeu você. O Marcelo Dias tem feito um trabalho de parceria muito grande pelo CONEC Amazonas, e eu estou aqui, como representante do CONEC Amazonas dentro do Conecta, à disposição. Eu gostaria muito de estar nesse grupo de trabalho justamente como sociedade civil. A intenção do fórum nacional dos conselhos é essa. Nós debatemos isso lá no encontro. Com toda essa discussão que a gente está tendo aqui, Ruan, é muito preciso. A gente precisa ter esse alinhamento. Os comitês de cultura a nível nacional estão funcionando, mas infelizmente o do Amazonas não está, por algumas questões que o Binho chegou a comentar lá com a gente. Mas isso já é outra situação, que talvez, se tivesse havido esse alinhamento antes, não teria acontecido o que aconteceu de fato, que a gente já sabe. Mas é isso que eu sempre falo para os próprios conselheiros: a gente precisa ter esse alinhamento com as instituições. Eu sou muito a favor, e coloquei isso lá no encontro, que o MinC precisa ter uma cadeira aqui. Assim como teve a cadeira do fórum, representada pelo Maick, de gestores, é preciso que tenha também. Senhores conselheiros, eu quero sensibilizá-los, porque quando o Ruan, representante do escritório do MinC, traz um material desse, muito preciso, detalhado... isso aqui, gente, isso aqui é um ouro é o ouro que estou falando. Isso aqui é um trabalho, é um estudo que foi feito. Se eu tivesse tido isso aqui há seis meses, sendo totalmente acompanhado, talvez a sensibilização que nós tivemos com a busca ativa no interior já estivesse mais adiantada, junto ao contato do Ruan direto com esses prefeitos. Eu tive contato com prefeitos de Manaus, de Novo Airão, somente sobre o sistema municipal que estamos trabalhando, inclusive o sistema de Novo Airão. Eu estive lá junto

com o presidente da Câmara. Tenho fotos, tenho tudo. Nós temos relatório, a doutora Luciane sabe disso. O nosso trabalho na busca ativa foi um trabalho árduo. Isso não foi feito sozinho, foi em conjunto. Então, estou colocando aqui, como representante do Conecta em nível nacional, que a gente está prontamente para unir forças. Eu tenho certeza absoluta de que vamos conseguir, dentro desse plano de trabalho, dentro desse grupo de trabalho, como o conselheiro André falou, fazer o comitê de crise e realmente cavalgar, nem que seja nas madrugadas, como temos feito. Vamos conseguir, sim, fazer essas adesões. Tenho certeza absoluta. Pode contar comigo e com os conselheiros, com o Conecta, quantas vezes quiser vir aqui. Para mim, você pode vir a todas as reuniões. Precisamos disso. Para encerrar minha fala: estamos aqui pelos fazedores de cultura. Eles não podem ser prejudicados. Os fazedores de cultura na totalidade do estado do Amazonas são 62 municípios. Então isso é muito preocupante, senhores, muito preocupante. A gente precisa montar estratégias, ver o que pode ser feito de fato, estudar junto, caminhar junto, que a coisa vai funcionar. Muito obrigada. **Conselheiro André Durand**: Presidente, a gente pode passar para as próximas pautas. A gente já falou sobre esse quadro do item **4. CAMPANHA DE ADESÃO CICLO 2 PNAB. Presidente:** Então, a partir desse estudo no MinC, já passando para a pauta **5. COMITÊ DE SITUAÇÕES EXTREMAS PNAB CICLO 1**. Acho que a gente precisa formar um comitê para fazer esse trabalho. E aí, eu acho que sim, a gente pode envolver a Assembleia Legislativa, todo mundo que puder articular, as Câmaras Municipais, para a gente buscar as soluções pertinentes a cada município. Então, na pauta 5, acho que a gente já superou. A gente está pensando em alguma campanha de comunicação do Ciclo 2. Tiago, a Secretaria está pensando em alguma coisa? **Thiago Hermido:** A gente fez um desenho da aplicação do Ciclo 2, que a gente ia falar nos informes gerais, para propor uma data já para o Conselho, para que vocês olhem, vejam se é isso, se a gente muda, se não muda. Já com a proposta de que seria uma espécie de formação, aquelas leituras. Lembra que a gente falou, na última reunião, das leituras das legislações? Da leitura desse novo PL, das regulamentações. Esse início seria uma formação com os conselheiros. Depois, pensar e estudar com vocês a possibilidade de fazer ou não uma formação para que vocês façam as escutas, ou se ainda continuam as escutas com a nossa condução. Mas a gente pensou, sim. Já temos uma proposta e a

gente queria entender com o Conselho se, na próxima semana, a gente já pode marcar uma reunião extraordinária para apresentar isso para o Conselho. E aí vocês veem se faz sentido, se não faz, a gente muda. Lá também tem datas de possíveis escutas, e a gente precisa também encaminhar antes para o secretário Caio André, para ele também aprovar e, talvez, até participar dessa reunião com vocês. Mas, sim, já temos um planejamento. Já temos um plano, ele já está desenhado, só falta apresentar para vocês. O que a gente considera é que seja mais viável fazer isso numa extraordinária, numa reunião específica para a gente tratar disso. Aí a gente fica à disposição de vocês para a semana que vem, em alguma data que seja interessante, para a gente fazer esse estudo do Ciclo 2, desse plano. Depois de segunda-feira pode, mas, se vocês acharem viável, aí veem se faz de manhã, se faz de tarde. Eu acredito que não vá tomar tanto tempo, o documento já está praticamente montado. O que vocês vão dizer é se é isso, se não é isso, a gente muda. A gente tinha verificado uma data, mas o Álvaro até me comentou que vai ter uma reunião com o IPHAN na semana que vem, no mesmo dia que a gente tinha proposto: dia 13. Mas aí vocês veem. Ele vai mandar aqui ainda. Mas aí vocês veem se é possível. A gente pode fazer online também, se vocês acharem pertinente. Mas é bem fácil de a gente resolver. Eu acredito que não vai demorar mais de uma hora e meia. Enfim, ficamos à disposição de vocês. **Conselheiro André Durand:** Então vamos lá. Quando a gente fala, Juan, e a Comissão de Política Cultural sobre essa questão do Comitê de Crise, é o que a gente vem acompanhando hoje dentro dos municípios: a dificuldade das pessoas em encaminharem a documentação, e a devolutiva ser difícil para esses fazedores de cultura. Até mesmo o Pedro esteve comigo em alguns municípios a gente, com um ponto da Starlink, andando para cima e para baixo para as pessoas poderem pegar o sinal e encaminharem. E também, Juan, a criação do Comitê de Crise se dá em razão de alguns municípios. Que dinheiro é esse da cultura que eles estão contratando esses profissionais para fazer esses shows gigantescos, com valores exorbitantes? Então, a ideia do Comitê de Crise da Cultura tem como objetivo alinhar, debater e definir propostas em prol da classe de fazedores e fazedoras de cultura do Amazonas, que têm suas atividades impactadas pelo isolamento social obrigatório por causa da pandemia da COVID-19, e diante das dificuldades perante o sistema que burocratiza as informações e retarda o processo de

mobilização e potencialização da cultura como um todo. O comitê tem que ser criado durante a reunião ordinária do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC. A proposta parte pelos conselheiros estaduais de cultura do Amazonas para fazer frente às dificuldades enfrentadas pelos segmentos, diante do sistema adotado para o recebimento das propostas dos artistas, nos editais da Política Nacional Aldir Blanc – Ciclo 1 e, posteriormente, no Ciclo 2. Na ocasião, precisamos lançar uma chamada pública, convocando representações culturais coletivas de todo o estado do Amazonas e, principalmente, dos municípios, para fazer parte das discussões pelo fortalecimento da cadeia produtiva, considerando o fator amazônico. A participação de toda a comunidade cultural no comitê é muito importante para formular propostas que contemplem, de forma plural, as mais variadas necessidades dos setores da cultura do Amazonas. Ressalta-se que o Comitê de Gestão de Crise é responsável por analisar os possíveis problemas, definir as estratégias de ação e os métodos a serem adotados para manter a normalidade da cultura como um todo. Um plano de gestão de crise eficaz requer a identificação de potenciais riscos, a definição de uma equipe de resposta, a criação de protocolos de comunicação e a definição de medidas de contenção e recuperação. A análise de cenários e a simulação de crise são importantes para testar a eficiência do plano e identificar áreas de melhoria na cultura do nosso estado e municípios. A criação do comitê é fundamental para posicionar a importância da cultura e de todos os agentes. A cultura tem sofrido diversas consequências durante e após a pandemia, assim como diversos setores, mas com um problema peculiar: fomos os primeiros a parar e, possivelmente, os últimos a voltar. E não há uma renda contínua para seus trabalhadores, para as empresas e grupos. Então, é importantíssimo atuarmos juntos para buscarmos soluções e caminhos. Notamos e observamos que a pandemia afetou toda a cadeia produtiva da cultura no Brasil, especialmente na cidade de Manaus e nos municípios do Amazonas, prejudicando artistas, bem como empresas, grupos, associações e coletivos. O Comitê de Crise surgirá para contemplar, de modo amplo, todas as representações que possuem relação com a cultura e que tiveram suas atividades impossibilitadas durante a crise mundial do Coronavírus. O Comitê de Crise na PNAB Amazonas Cultura será composto por todos os membros do Conselho, titulares e suplentes, além de entidades e instituições de

representação artística coletiva, a exemplo de sindicatos, fóruns, associações e grupos de uma maneira geral. Veda-se, portanto, a participação de pessoas físicas e jurídicas individuais, podendo estas participar apenas por meio de representações coletivas. O comitê será uma instância dentro do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC, mais aberta e colaborativa. Por isso, rogo aos conselheiros e conselheiras, tanto do poder público quanto da sociedade civil, para estarmos lançando esse chamamento, para que essas representações coletivas participem desse espaço. Queremos que seja amplo, diverso e, sobretudo, democrático. Essa é a intenção da criação do Comitê de Crise da Cultura no Amazonas. Obrigado. **Presidente:** A gente está tendo alguns casos, está sendo chamado por fazedores de cultura que estão com dificuldade de entrega de documentos. Aqui eu tenho, vou dar um exemplo. Não sei se chegou pra vocês do senhor Francisco Hélio, do Quilombo da Serpa, de Itacoatiara. Conseguiram receber a documentação dele? Sim? Aí, assim, por alguns erros do sistema, não conseguem receber o documento. Esse, por exemplo, é um senhor 60+, que mora numa área rural de Itacoatiara. É agricultor. Lá mal tem energia elétrica, porque eles dependem de um motor de luz na comunidade que, quando não tem combustível, não tem energia. E quem dirá internet. E ainda assim, eles se viram. Lá nós temos alguns escudeiros, como é o caso do escritor Éder Gama, que compõe o fórum, o Fórum mesmo de Itacoatiara, e eles têm tentado sanar esses problemas técnicos e tecnológicos na sua maioria do tempo. Então, o que a gente queria pedir, eu sei que já não é mais um departamento de vocês, é verificar esses casos para que a gente receba essa documentação e para que eles não tenham problemas nas inscrições. E aí explicar que a gente está criando esse comitê, que já vai aprimorar essas situações com essa nova gestão de plataforma que a gente está contratando. É justamente para que a gente consiga dirimir esses casos muito isolados. Nós já somos uma região muito isolada, e se a gente colocar esses pontos de dificuldade para recebimento, às vezes é melhor por um e-mail, às vezes é melhor por um procurador. Mas o que a gente tem visto é que o sistema para receber essa documentação tem criado alguns problemas. Então, esse caso do senhor Francisco Hélio, eu queria que vocês dessem uma olhada lá para ver como a gente faz isso, com quem a gente fala. Eu sei que tu sempre manda para mim aquele contato, mas a gente também não está tendo acesso a essas

pessoas. A gente manda, a gente entra numa fila lá de respostas, e às vezes as respostas não são solucionadoras, é simplesmente uma resposta assim: o senhor tem que olhar lá o edital para ver como é que resolve. Então, a gente precisa formar esse comitê, senhores, para já iniciar os trabalhos. Que a gente faria tanto esses de busca ativa quanto de sanar esses problemas, e saber como que a gente vai conseguir fazer essa busca interna dentro da Secretaria, do Conselho, para receber esses documentos, etc. **Conselheiro André Durand:** Eu gostaria só de sugerir, na sua fala, que a resposta está vindo friamente, e que essas pessoas, doutora Luciane, se identificassem no ato da mensagem. Até mesmo para a gente ter algo palpável. Porque, quando a senhora também me passou aquele contato, não compete mais a vocês três, a essa assessoria. Depois que vocês saíram, ficou muito mais difícil a gente ter essa informação para essa questão. Eu não sei já... e se também tu está tendo essa dificuldade? Então, os fazedores estão nos procurando, Marli, a exemplo do Quilombo de Itacoatiara, porque o sistema manda, aí não. Então, assim, por isso que a intenção desse comitê de crise vai nos ajudar bastante. E, assim, doutora Luciane, e a senhora, com todo o respeito que eu tenho pela senhora, o carinho que a senhora tem, essa sensibilidade com essa questão, mas peçam para que eles se identifiquem. Para a gente depois, não se sentir lesado ou coisa parecida, saber quem foi que falou. Porque a gente, às vezes, discute com vocês, porque a gente não sabe se é um robô que está falando ou se é uma pessoa realmente humana que está ali respondendo. O Álvaro Wilson também, lá em Santo Antônio, em São Sebastião do Alto, o Manicoré, o MinC... Eu só queria perguntar, junto com o Elson: a gente também precisa ter um outro olhar para essa questão dessas entrevistas, dessas matérias que estão surgindo a respeito dessas verbas que estão exorbitantes. Se não é da própria PNAB que está saindo sem a consulta da sociedade civil e desse município que divulga a logomarca, doutora Luciane e doutora Anne, Thiago, sem ter feito qualquer oitiva para deliberar a questão das ações. Essa é minha contribuição. **Anne Paiva:** É só para a gente falar um pouquinho em relação a essa questão da documentação. Quando nós iniciamos a nossa relação, eu e a Luciane, a gente trabalhava em outro local. Nós trabalhávamos no DECOF, então, em outros setores, nós analisávamos a documentação também. Então, nós tínhamos uma informação mais dinâmica e, inclusive, às vezes, nós é que analisávamos a documentação quando vocês

informavam, questionavam. Hoje em dia, nós trabalhamos em outro setor. A gente trabalha na SPC. Existem servidores novos que trabalham lá no DECOF. O DECOF, inclusive, foi um dos setores que, na mudança de gestão, mudou de diretoria. Hoje de manhã, inclusive, nós tivemos uma reunião com os servidores do DECOF sobre isso, com os servidores do DAF, que é o setor financeiro, para nós falarmos sobre essa questão documental. Como vocês sabem, o prazo para apresentar documentação para celebrar termo era até dia 17 de abril, e ontem encerrou o prazo para eles entregarem os termos assinados. Esse era o prazo que estava previsto nos editais. Eu acredito, porque nós conversamos com os servidores do DECOF, que de fato eles estavam tentando dar um retorno. Eram, acredito, mais de 20 pessoas trabalhando em mais de 400 contemplados nos editais, mas eles conseguiram dar um retorno via telefone para as pessoas. Por que eles não se identificam? Eu acho que essa é uma pergunta muito interessante de se fazer, porque eles são servidores públicos. Eles não estão falando em nome da A, B, C estão falando em nome da Secretaria de Cultura. Da mesma forma que você, quando vai lá e pede uma informação nossa, não sou eu que estou dando não é uma opinião minha, às vezes é a informação que está lá posta pela Secretaria de Cultura. Então, eles também não se manifestam ou não manifestam o nome deles. Às vezes é o Paulo. Ele também pode falar sobre uma situação. A gente tentou, em alguns casos, na maior parte dos casos, auxiliar as pessoas que estavam com problemas de documentação. A gente sabe que teve gente que teve dificuldade de fazer a assinatura do governo e foi imprimir em outra comunidade que estava próxima. A gente tentou ao máximo dar oportunidades, comunicar às pessoas as opções que elas teriam para conseguirem preencher a documentação. **Luciane Ituassú:** Para complementar, como já explicado pela doutora Anne, e como é sabido por todos vocês, uma troca de gestão também envolve, às vezes, mexer no núcleo de servidores. A proposta hoje da reunião junto ao DECOF, que é o setor competente dessa fase, foi justamente para tentar alinhar esses novos servidores com essa preocupação junto ao artista, ao fazedor cultural. Porque, às vezes, a gente que já está na área há um pouco mais de tempo entende essa dor. E, às vezes, as pessoas que estão chegando agora não têm essa tamanha sensibilidade talvez. De qualquer forma, independente da sensibilidade ou não, há uma execução de serviço. Ela está sendo feita. Mas também, caso seja do interesse de vocês, é

possível ter uma conversa com a diretora do departamento, até mesmo para entender como é, porque nós não estamos lá dentro. Nós recebemos informações conforme provocamos, mas a gerência desses procedimentos, como eles acontecem dentro desse departamento, quem tem a competência para falar sobre isso ou qualquer tipo de alteração é a chefe de departamento. Então, caso seja do interesse de vocês chamar essa chefe de departamento para ter uma conversa e entender como funciona esse procedimento, talvez até para vislumbrar uma melhoria, uma oportunidade de melhoria nos próximos editais, é super possível. Vou pedir só que seja formalizado esse chamamento para a gente poder rodar essa convocação e ter autorização no gabinete. **Anne Paiva**: Só mais uma questão. A gente está sabendo, então, que vocês têm alguns nomes e alguns de vocês trouxeram até, inclusive, às vezes, pessoas que nem no telefone de vocês surgem, uma pessoa do nosso celular também perguntando informações. Se vocês têm algumas pessoas, uma lista de pessoas que ainda não teve uma resposta definitiva, manda elas também via por memorando, e aí a gente vai poder mandar para o setor competente para lhe dizer se foi ou não foi atendido, por que foi, por que não foi. Porque também não adianta essa resposta vir da nossa boca, porque não somos nós que estamos mais analisando a documentação. **Conselheiro André Durand**: Um apelo que eu faço é que essas pessoas não deixem de receber por uma fatalidade de um setor. Eles estão cumprindo, Thiago, o que foi pedido. Só que eu não sei, como a senhora falou, há uma troca e não há acessibilidade, porque não se coloca no lugar do outro. **Luciane Ituassú**: Quando eu falo de sensibilidade é porque a gente tá aqui nesse meio, e às vezes as pessoas que estão chegando agora, ainda estão se familiarizando. Mas a execução do serviço, ela está sendo realizada, está sendo feita. É porque são etapas. Não é só mandar um documento e está pronto, assim, está tudo ok. Há um processo de revisão, há um processo de análise de documentação, há um processo de correção quando se faz necessário. Um termo, ele não é assinado só por uma pessoa, ele também precisa ser assinado pela outra parte. Então há procedimentos. Mas assim, a execução do serviço, ela está sendo feita. **André Durand**: Mas olha só, na época de vocês, não se pedia a documentação depois que venciam as certidões. Então esse processo está burocratizando porque as pessoas agora estão enviando novas certidões com uma nova data atualizada. É porque está sendo difícil a

resposta. é nesse sentido que a gente gostaria e está esperando. **Luciane Ituassú**: Considerando que os nossos proponentes são residentes do estado do Amazonas, quando se fala de certidões federais, estaduais, trabalhista, FGTS, nós conseguimos ir lá no site e atualizá-las, desde que esse proponente esteja regular com esse fisco. Se a gente não consegue emitir, a única alternativa que o setor vai ter é de solicitar uma nova certidão. Alguns casos, o que acontece é que às vezes a pessoa está com alguma inadimplência, não consegue mais tirar a certidão e às vezes ela nem tem conhecimento disso. Mas aí já é uma outra responsabilidade do proponente. Agora, quando é uma certidão municipal, talvez, para a gente se torne um pouco difícil, porque algumas prefeituras conseguem que você tire online, às vezes você precisa ir pessoalmente. Então, o que está sendo solicitado para os proponentes, pelo menos é essa informação que o setor nos passa, é justamente as certidões que não conseguem ser remetidas pelo próprio sistema. **Thiago Hermido:** Só complementando que a gente, de fato, existe uma outra equipe. A gente até comentou isso com vocês lá. Quando teve o problema do sistema, também houve uma mudança de equipe. A galera que estava trabalhando no sistema de editais agora tem outra equipe trabalhando no jurídico. Então, assim, cada um faz a sua metodologia. A gente tem uma metodologia de trabalho e eles estão adotando a metodologia que cabe para eles. Eu acho que seria interessante, como a Lu sugeriu para vocês aqui, de repente, convidar para entender essa metodologia e para justamente contribuir com esse olhar que vocês estão informando sobre a sensibilidade e o cuidado de atender o mais breve possível os trabalhadores da cultura. **Conselheira Jordarnia Galdino:** Dentro dessa pauta aí, quero uma questão de esclarecimento. Ontem eu conversei com a doutora Anne, meu telefone não para de tocar, tem Gente do interior, fazedor de cultura querendo receber o dinheiro. A pessoa já entregou os documentos, já está tudo, e eles têm um certo entendimento que assim que sobem os documentos e saem aprovados, automaticamente já vão receber o dinheiro, porque meu Deus, gente, vocês precisam entender uma coisa. Eu vou pegar a fala do conselheiro Pedro Cacheado. Quem tem salário fixo todo final do mês está bacana, mas o fazedor não tem. Ele está contando com esse dinheiro, como o Fabiano Baraúna colocou aqui, no auge dele, que ele é fazedor de cultura, do teatro, do audiovisual. Conselheira, pelo amor de Deus, cobre. Ele já recebeu, pois é, e ele está

perguntando. Certo. Então eu gostaria que vocês pudessem já verificar a questão dos fazedores que já colocaram a documentação, já foram contemplados, só estão aguardando o dinheiro chegar. Gente, é só isso. Eu queria que vocês tentassem acelerar isso aí, porque eles estão pedindo socorro. Eu quero colocar isso por conselho, porque essa coisa burocrática é muito difícil. Gente, pelo amor de Deus. A gente já está enfrentando a questão dos prefeitos que não querem fazer os editais e o dinheiro está lá na conta. E o fazedor ainda tem que esperar para receber. Não tem condições, pelo amor de Deus. Então eu quero uma questão de esclarecimento. Se vocês têm lá no sistema quem está elaborando, para poder logo passar isso já à frente, entendeu, doutora Anne? Obrigada. **Anne Paiva**: Vamos explicar o procedimento. A pessoa entrou lá no sistema, colocou a documentação dela, termo e requerimento assinado por ela. Isso é analisado pelo DECOF O DECOF recebe esse termo, tira o termo do site, manda para o secretário, manda para a chefia de gabinete. O chefe de gabinete despacha com o secretário, assina os termos, devolve para o DECOF. O DECOF devolve isso para o DAF, e o DAF assim consegue fazer os processos de pagamento. Isso não é feito um a um, isso é feito em lote. Nós sabemos que o DECOF já conseguiu encaminhar uma boa parte dos termos para o secretário. O secretário estava no processo de assinar os termos e devolver, e a maior parte dos termos já retornou. Depois o DAF estava fazendo essa parte de pagamento. Nós temos a informação a gente até anotou sobre como está o andamento dos pagamentos. Pronto: 193 pessoas pagas, 43 pessoas vão ser pagas até sexta. Mas esse processo, como nós falamos, não somos nós que botamos a mão na documentação. Olha, tá vendo? A Lu já está atualizando aqui, falando que não vão ser mais 43 pagas até sexta, vão ser 74. Ou seja, nós estamos batendo ¾ das pessoas pagas. Mas nós sabemos, a gente entende. A pessoa fica ansiosa por saber: "Poxa, todos os meus colegas do circo foram pagos, por que eu do circo não fui pago? Eu do teatro não fui pago." Mas é isso. É trabalhado em lotes, e ele passa não só por um setor, mas por vários. Mas nós estamos aqui para informar para vocês que esses setores estão agindo da forma mais célere que conseguem agir para atender a esses pagamentos. Se vocês tiverem interesse, vocês podem chamar os setores também aqui. Quem trabalha basicamente com isso é o DECOF, o DAF, a chefia de gabinete e o financeiro. Sim, exato. DECOF é Departamento de Controle e Fiscalização, e o DAF é Departamento

Administrativo e Financeiro. E a chefia de gabinete é quem assina os editais, é o secretário. Mas nós já estamos partindo para ¾ dos pagamentos. Está faltando pouco para finalizar. A gente entende, realmente. Nós também ficamos nessa angústia por um mês, mas estamos finalizando já essa fase, e aí a gente vai apanhar agora nos próximos editais. **Presidente:** Depois eu queria o relato do Paulo sobre o Rio Javari, lá da região do Javari, mas vamos seguir aqui para a gente liberar logo. Item **6. PARTICIPAÇÃO DE CONSELHEIROS NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS EM FORMATO ONLINE**: Coloco o proponente da pauta, Ludimar Camaleão, para conduzir a discussão. Para todos interagirem, suspendo a moderação por 10 minutos. **Conselheiro Ludimar Kokama:** Boa tarde a todos novamente. Então, senhores, quanto à convocação tanto da reunião ordinária quanto das extraordinárias, temos algumas prerrogativas a ser cumpridas também. Mas o artigo 33 é que nos garante as nossas justificativas. É do regimento interno. **O artigo 33 diz**: "O conselheiro que não puder comparecer à sessão deverá comunicar o impedimento com antecedência mínima de 24 horas." Parágrafo único: "Considera-se justificável a falta do conselheiro à sessão quando motivada por doença do conselheiro ou de pessoa da sua família, por afastamento do estado a serviço público ou particular, desde que não exceda a 30 dias, o falecimento de pessoa da família e por qualquer outro motivo julgado aceitável a juízo do conselho." Trouxe essa pauta, senhores, referente a esse assunto, porque no dia 7, que foi a reunião ordinária do mês de abril, eu estava no maior movimento indígena que tem no Brasil, que é o Acampamento Terra Livre, e nesse dia estava um clima fechado em Brasília. Por o aplicativo Teams ser muito pesado, meus dados móveis não conseguiram abrir o aplicativo. Tanto é que eu enviei mensagem informando dentro do grupo da plenária o motivo de eu não ter conseguido adentrar à reunião. Ato esse que, em várias vezes, eu já participei de reunião no meio do rio. Em Brasília, não consegui, porque isso aí não é o conselheiro que determina. Nós conselheiros não temos o poder de dizer se no dia tal vai haver sinal de internet ou não. Isso não é prerrogativa nossa. No entanto, a dona Simone entrou em contato comigo no dia 10, perguntando o motivo da minha não participação na reunião. E naquele dia eu informei o motivo da minha ausência por meio de mensagem de áudio. Mas também em nenhum momento tive a devolutiva se seria cancelada ou não a ajuda de custo do mês.

Sendo assim, não fui informado e com isso não tive o direito de fazer minha defesa. Porque, se tem uma vedação, tem também o contraditório, não é isso? Então eu fui julgado sem ter possibilidade de fazer a minha defesa. Eu acho que com a falta, com o não pagamento por não presença do conselheiro nesta reunião, o CONEC ficou ou a Secretaria ficou milionária por falta dos R$ 450, só pode. E no sentido de que se o **artigo 33** nos ampara, em nenhum momento houve um informe por parte do administrativo do conselho. Espero que isso não aconteça, porque mesmo que eu não tenha conseguido adentrar à reunião, **o artigo 33** nos ampara enquanto conselheiros. E, de antemão, já comunico a este pleno que, do dia 19 a 26 deste mês, estarei em atividade em Brasília pelo Ministério dos Povos Indígenas. E como o artigo 33 nos ampara, já estou informando desde já que não contem comigo para qualquer atividade deste pleno, porque eu não estarei à disposição e nem vou me comprometer a participar, porque eu não tenho o poder de saber se no dia tal estarei dispondo de sinal de internet. Gostaria que o pleno, na pessoa do senhor presidente em exercício, Pedro Cacheado, pudesse verificar essa situação, porque o artigo 33 do regimento nos ampara e que houvesse um reparo neste ato, e que se estenda também ao conselheiro Beto. Porque no dia da reunião teve vários relatos que aqui em Manaus também estava tendo muita oscilação de internet, fato que o conselheiro Bjarne relatou dentro do grupo. Então, eu espero que a partir do administrativo deste conselho e deste pleno, se faça essa reparação. No mais, muito obrigado. **André Durand**: Antes de passar a fala para o Camaleão, gostaria de colaborar também e solicitar à presidência que sejam reparados e restituídos esse pequeno valor que a gente recebe, e quantas mais reuniões ordinárias e extraordinárias que nós participamos cansativamente e a gente não recebe. Então, poderia se fazer um contraponto, uma que participou, e aí eu solicito o quanto antes o reparo, considerando o artigo 33 do regimento interno. Mestre Camaleão. **Wellisson Batista:** Eu gostaria de solicitar também que meu nome entrasse nessa lista de reparação, porque por motivo de saúde eu não pude estar presencial. Então eu informei que estaria online, e várias vezes no grupo eu falei: “Não estou conseguindo entrar, não estou conseguindo entrar.” E foi por falha de sistema ou de internet que eu não participei da reunião, não por não querer. Então gostaria que meu nome também constasse nessa lista aí. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Boa tarde a todos. Eu só espero que o que

tem sido discutido aqui, que realmente surta feito, porque parece que a gente fala uma coisa aqui e se esquece, ninguém paga, ninguém relembra. Vai para a ata, vai para a ata, mas que realmente seja feito esse reparo. O conselheiro teve um prejuízo. Eu só espero que isso não seja apagado. "Ah, que vai não sei aonde", "ah, que vai não sei o quê". Que realmente tomem uma atitude para se fazer a devida correção desse ato falho e imoral. **Luciane Ituassú**: Vamos lá, gente. Acho que aproveito a última fala do conselheiro Vanderley e também vou resgatar a fala inicial do conselheiro Ludimar no início da ordinária, sobre a alegação da não importância das atas nas reuniões. O que acontece? Quando a gente celebra, quando a gente realiza uma reunião ordinária ou extraordinária e ela é reduzida a termo em ata, nós não temos condição – e quando digo "nós", falo principalmente em nome do administrativo de vocês eles não possuem condições de fazer uma ata transcrita em 24 horas. Se vocês repararem, não sei se já se debruçaram sobre a quantidade de laudas e quando digo laudas, entende-se páginas da ata que vocês realizam. Eu já tive acesso a atas com mais de 50 páginas. Então, elas precisam ser transcritas conforme a realidade exige, ainda mais porque o administrativo também tem um quantitativo que agora já está até reduzido, em virtude da baixa dos estagiários, vou chamar assim. Então, quando falo que é interessante fazer o encaminhamento e para isso a gente tem a figura do secretário na reunião, justamente para que, dentro da sua competência, possa fazer esse encaminhamento. E aí eu peço que seja feito o encaminhamento junto ao administrativo passar para a ASPC ou direto para o gabinete, como for o desejo. Isso é justamente para a gente não ter problema. Qualquer ato da administração pública, para ser feito, realizado, concretizado, precisa ser motivado conforme a nossa Lei de Processo Administrativo, tanto nacional quanto estadual. E para eu dar motivação, preciso ser provocada. Eu não tenho como provocar qualquer resolução pela simples fala verbal, de eu dizer que ouvi, de eu dizer que escutei, que recebi a informação. Eu preciso comprovar o que estou alegando. A maneira que eu tenho de comprovar o que estou alegando seria pela ata. Mas o lapso temporal necessário para que a ata seja transcrita, avaliada, analisada por vocês, corrigida, aprovada e disponibilizada, é um tempo maior que 24 horas, maior que 36 horas. Então, quando eu peço que seja feito esse encaminhamento, é para que eu ratifique a informação. E agora peço junto ao secretário da mesa que faça o

encaminhamento, inclusive eu ratifico a informação e peço agora junto ao secretário da mesa que faça o encaminhamento dessas provocações dos conselheiros relacionando os nomes e os meses que estão em abertos ou não pagos, como queiram chamar, justamente para ficar o registro da provocação e para que eu possa usar esse registro como prova das minhas alegações junto ao meu secretário de Estado. E ai, o que ainda facilita, para que a gente não deixe, como o conselheiro Vanderley tem o receio, de ser esquecido. Porque aí a gente tem um número de memorando, e conseguimos rastrear onde está essa informação. Então, a necessidade dos encaminhamentos é verificando um benefício até mesmo para vocês. Mas, se for do desejo que a gente aguarde que as atas sejam aprovadas, para a partir daí eu tomar alguma diligência, sem problema nenhum. **Conselheiro Dudson Carvalho:** Doutora, eu sei dessa questão de que precisa ser provocado, precisa. Mas eu penso que este Conselho, uma vez colocado aqui em pauta, isso deve ser extra-ata, vai constar na ata, vai normal. Daqui a um mês vai voltar, não sei quando, para a gente aprovar. Mas um pedido de um conselheiro, imediatamente, o administrativo tem que ser acionado. Até porque, gente não tem esse tempo todo hábil para tramitar, chegar até vocês, levar para o secretário, para o secretário voltar para o pleno. Então, quando se trata de uma coisa aprovada por este pleno, tem que se dar encaminhamento. E a senhora, de pronto, nos dizer: "Ludimar, é legal o seu pedido por este e este motivo, vamos encaminhar". Porque o jurídico está aqui para isso, e apenas para isso: para nos dar a resposta em tempo hábil. Já chega dessa história de que tem que ter memorando, memorando, memorando. Olha só, poucas vezes me pronuncio dessa forma enfática, mas eu já estive em um pleno municipal por dois mandatos, e cada vez que a gente levantava uma pauta de maneira desse tipo, dessa maneira, era anotado à parte pelo administrativo imediatamente, sem necessidade de provocação, sem necessidade do presidente em exercício encaminhar o processo, porque isso era feito. Então é só uma questão de diminuir esse rito sacrossanto, que parece que não acaba, para que a gente consiga fazer isso funcionar. Porque, para mim, é inadmissível que o conselheiro esteja em plena atividade em Brasília e seja cortado o seu pagamento. Isso é brincadeira, isso é falta de respeito com quem está aqui trabalhando por essa fortuna que nós vivemos de R$ 450,00, que a gente consegue segmentar durante o mês inteiro. Então, eu sinto as dores,

Ludimar. Muito obrigado por trazer isso, porque não é só sua, é de outros conselheiros também. Eu acho que tem que ser respeitado. E quando eu vejo aqui o companheiro fazer dois, três pedidos, e me dizerem que não chegou o memorando, aí é para acabar, irmão. Ou a gente cria, por votação aqui, um rito diferenciado, ou vamos continuar com esse mesmo processo. E aí fica difícil trabalhar, irmão, porque estamos aqui voltando em assuntos que o companheiro colocou há duas, três reuniões atrás. **Luciane Ituassú**: Só a título de esclarecimento: quando o senhor fala de um encaminhamento a pronto, junto ao administrativo, para nos repassar e, a partir daí verificar como solucionar, já é feito isso. A Simone faz isso justamente pelos memorandos. Tanto que, às vezes, a plenária é hoje, e amanhã ela já está me encaminhando um monte de coisa. O Pedro aí já sabe. Teve uma época que ela me encaminhou, acho que uns trinta memorandos de uma vez só. A gente vai verificando. Eu não tenho como tratar as coisas verbalmente. Então, quando a gente orienta para que faça o encaminhamento, não estou pedindo para o senhor sentar numa cadeira e fazer um memorando. Peço que o senhor faça o encaminhamento ao secretário. O secretário vai reunir todas as pautas de hoje, todas as necessidades que surgiram durante a ordinária, e encaminhar ao administrativo. O administrativo vai encaminhar para a gente. Como hoje é meio de semana, possivelmente amanhã ela já estará fazendo isso. Então, já é feito o encaminhamento. Quando falo do memorando é porque realmente eu não consigo aguardar a ata para deliberar alguma coisa. Então o memorando já encurta esse processo. O senhor está com o secretário na mesa, é a mesma coisa que o senhor está dizendo, que o secretário não está fazendo o trabalho dele. ele está anotando tudo aqui. **Presidente:** Quem está anotando tudo aqui sou eu. É isso que eu estou falando, que é injusto. É injusto. Eu sou o presidente, amanhã já sou secretário, e o secretário devia estar anotando, e não está. Mas está aqui, anotado. Estou sozinho anotando as coisas. **Conselheiro André Durand:** Estou anotando aqui, ó. O que se decide nas plenárias de outros conselhos é soberano. Então o que a gente decidir aqui tem que fazer valer o que esse conselho solicita e pede. Eu vou me propor a conversar com o próprio secretário Caio para a gente reparar essas situações. Porque esperar um mês, por 450 reais que só dá, malmente para a botija hoje, é muito complicado. Tão logo, a gente resolve outras situações e sanar, Doutora Luciane, eu pediria também que o administrativo, presidente

Pedro, fizesse todo o print das conversas e anexasse também ao memorando. Porque realmente a gente conversa ali naquele grupo, a gente dispara tudo ali naquele grupo, mas que se faça valer o que o pleno está decidindo. A gente precisa encontrar um meio para reparar essas situações. Até mesmo porque representar o conselho numa questão cultural em Brasília, o senhor acamado Até hoje, eu gastei 380 reais com a saúde do camaleão em Fonte Boa, e não fui ressarcido, mas eu não o deixei morrer. Eu fui, eu fiz a minha parte de ser humano. Se eu não puder ajudar, eu não vou atrapalhar. Mas eu cuidei dele a noite toda, até ele se recuperar para o embarque para Manaus. **Luciane Ituassú**: Em defesa a assessoria de Políticas Culturais, nós nunca recebemos o pedido desse ressarcimento. **Conselheiro André Durand:** Mas aí, não, só estou compartilhando com a senhora, nos momentos mais difíceis, eu sempre pedia o conselho da senhora. Não adianta voltar, como foi o caso da moça de hetroidentificação, que que disse: “André, isola”. Mas graças a Deus eu já fui ressarcido. Então a gente passa agora para a próxima pauta. **Luciane Ituassú:** Conselheiro, só para complementar e deixar claro, porque às vezes algumas colocações podem até sair um pouco erradas, mas não é essa a intenção. A nossa função aqui é sempre ajudar, ouvi-los e tratar da melhor forma possível, para que todos tenhamos êxito nas nossas ações. Quando passamos orientações procedimentais, é porque são orientações que recebemos. Nós também temos uma hierarquia a obedecer. A gente não faz nada da nossa cabeça ou da nossa vontade. Então, quando vou ao gabinete verbalmente questionar alguma coisa, a primeira coisa que o chefe de gabinete me pergunta é: “Cadê o processo? Cadê o memorando?”. Então, para evitar ouvir isso, é por isso que a gente orienta. Gostaria só de ratificar a nossa boa vontade junto ao conselho, porque vocês mesmos, em questão de recebimento de valores, muitas vezes saiu do meu bolso para vocês poderem usufruir do valor que deveria ser destinado, para depois eu ser ressarcida. Então, má vontade, ela não existe. **Conselheiro André Durand**: Dona Symone, eu recomendo que a senhora prepare esse memorando. A senhora pode usar a minha assinatura para a gente tentar reparar isso. **Presidente:** eu quero dizer que me sinto como todos os conselheiros prejudicado e que estarei fazendo esse apelo junto, como já fiz, né, Beto? E vou fazer mais uma vez junto ao então secretário Caio André, para que esses pagamentos sejam acrescidos no mês seguinte. **Conselheiro Ludimar**

Kokama: A questão, senhor presidente, é a seguinte: é a falta da comunicação. Eu acho que a gente, como conselheiro aqui, precisa ter esse respeito também. Porque se a reunião foi dia 7 e teve ciência de quem assinou e quem não estava presencial, qual era o intuito? Era entrar em contato de imediato com quem não estava presente para tentar saber qual o motivo. A minha questão é que, em nenhum momento, eu fui comunicado. No primeiro momento, eu não fui comunicado, porque se eu tivesse sido comunicado, se precisasse fazer alguma justificativa escrita ou de qualquer maneira que fosse, eu teria feito. Eu tenho essa capacidade de fazer, mas em nenhum momento eu fui indagado por isso. Tem uma mensagem aqui da dona Symone que foi seca, lá no dia: "Por que você não participou da reunião?" Eu simplesmente respondi o motivo. Então é essa a questão de não ter essa devolutiva: "Ô Ludimar, não participou por conta disso, disso e disso, tu vai ficar impedido de receber essa ajuda de custo se não houver uma justificativa plausível". Em nenhum momento esse regimento está sendo seguido aqui dentro, porque se ele tivesse sido seguido, não haveria essa situação. Somente isso. **Conselheiro Bjarne Furtado:** Eu só queria me solidarizar com o conselheiro Ludimar. Eu fico muito sentido com o que aconteceu. A gente precisa realmente estreitar as relações. Mas eu gostaria, antes, de perguntar à Luciane: como é que isso está descrito no regimento? Isso me parece um pouco nebuloso. A senhora poderia, por gentileza, falar um pouco como é que o regimento trata essa situação? **Luciane Ituassú:** Eu não gosto muito de me manifestar de forma jurídica, porque o assessor jurídico do conselho é o doutor Sérgio. Nós somos assessores de políticas culturais, mas eu estou com o regimento de vocês aberto, e o que eu posso é transcrever a informação, fazer a leitura. Inclusive, esse regimento, eu não acho a formatação dele muito boa. **O artigo 10**: "A função de membro do Conselho Estadual de Cultura será remunerada conforme o disposto em lei e se dará de acordo com o registro de presença nas sessões ordinárias." **Parágrafo único**: "As sessões extraordinárias, bem como as reuniões das câmaras setoriais, não serão remuneradas." Aí, junto a isso, o conselheiro invocou o artigo 33, que está dentro do capítulo 4, que trata de licenças e substituições. **O artigo 33 nos informa**: "O conselheiro que não puder comparecer à sessão deverá comunicar o impedimento com antecedência mínima de 24 horas." **Parágrafo único**: "Considera-se justificável a falta do conselheiro à sessão quando motivada: a)

por doença do conselheiro ou de pessoa de sua família; b) por afastamento do estado a serviço público ou particular, desde que não exceda a 30 dias; c) por falecimento de pessoa da família; d) por qualquer outro motivo, julgado aceitável a juízo do conselho." Então o regimento traz algumas condicionantes para essa comunicação. E aí, sobre isso, acredito que é o que o conselheiro Ludimar está explicando: que essas condicionantes não foram realizadas e ele alega que também não foi provocado para fazê-la. Pelo menos, acho que foi isso que eu entendi. Se eu estiver errada. Seria isso, conselheiro Bjarne. **Bjarne Furtado:** OK. Eu fiz essa pergunta justamente porque esses acontecimentos são, de certa forma, pedagógicos. Na reformulação na possibilidade de reformular o regimento nós poderíamos abrir um parágrafo único lá no artigo 10 e expor, elencar algumas situações específicas que possam também endossar situações como essa pela qual o conselheiro Ludimar passou que é participar de fórum, entre outras coisas, para ficar mais claro. Isso aí é da atividade do conselho. Então, já fica uma deixa para, no momento de reformulação, se pensar nisso e tornar isso mais claro. Eu fiz questão, doutora Luciane, que a senhora lesse para deixar mais claro, não é para ratificar o que está expresso. Obrigado. **Presidente:** Vamos lá para a pauta 7. Informar que esses informes das tratativas dos prédios que serão reformados com recurso da PNAB, a gente vai suspender para uma reunião extraordinária específica. A nomeação do suplente do segmento de cultura popular de matriz ibérica e demais a gente já ilustrou no expediente. E a décima foi suprimida. Então a gente passa dessa para assuntos gerais de interesse do conselho. Chama as pautas. 7**. CHAMADA DO CADASTRO RESERVA NOS EDITAIS ONDE EXISTE RECURSO QUE NÃO FORAM TOTALMENTE UTILIZADOS.** Convoca o proponente da pauta, Vanderley Pinheiro, para conduzir a discussão. E, para que todos interajam, suspender a moderação no prazo de 10 minutos. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Boa tarde novamente. Primeiramente, eu queria abrir o questionamento para a SPC: se a SPC já tem o valor estimado, como é que está a situação de cada edital de forma individual, e se todos os recursos foram usados em sua totalidade. Quais os editais que não tiveram seu recurso totalmente utilizado? Dentro desse meu questionamento, para que seja feita a chamada do cadastro extraordinario de reserva daqueles editais que ainda cabem chamamento. Ainda, meu questionamento é: saber quais são e quais os valores. Por favor. **Anne Paiva:**

Nós, inicialmente, fizemos um levantamento de vagas que não haviam sido preenchidas. Mas nos deparamos também com a seguinte situação: existem alguns fazedores de cultura que foram chamados, eles estão na listagem de contemplados, mas ou não conseguiram apresentar documentação em tempo hábil documentação como conta bancária e certidões ou então não conseguiram apresentar a documentação para pagamento, como o termo assinado, recibo, requerimento. Essas questões estão sendo ainda verificadas pelos setores competentes, que são o DECOF e o DAF. Mas nós já temos uma ciência informal de que existem vagas que vão ficar mesmo em aberto, entre os contemplados. Ou seja, esses valores e essas vagas vão se somar aos cadastros de reserva também de cada edital. Eu gostaria, inclusive, de fazer uma proposta. Considerando o nosso histórico, havíamos pensado numa data para finalizar todos os pagamentos, mas estamos no dia 7 de maio com pagamentos ainda sendo realizados, e a previsão é que iniciem a próxima semana ainda. Então, nós gostaríamos de colocar que vamos fazer uma listagem com todas as vagas em aberto: tanto cadastro de reserva, que nunca houve contemplados, para termos um valor específico de quanto vai ficar em aberto para cada edital, quanto desses proponentes que não apresentaram a documentação em tempo hábil. A nossa ideia seria apresentar essa listagem de cada edital no dia 21/05, pois até lá os pagamentos já terão sido finalizados, e conseguiremos ter certeza dessas informações. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** A minha preocupação, doutora, é que se estenda mais, que o edital seja mais prorrogado ainda. Já está um pouco insuportável essa situação de prorroga, prorroga. Faz o edital em outubro, ratamos o quê? Em maio. Vamos para junho já e nada de finalizar o processo. Então a minha preocupação é essa: que nós realmente possamos finalizar esse edital. Senão vai prorrogar, vai prorrogar, vai até dezembro. O ano vai entrar, outro ano, está prorrogando. Vamos dar um basta. Foi aberto o prazo a todos de forma igual. Todo mundo teve a oportunidade de apresentar a documentação, todo mundo teve a oportunidade de fazer seu termo. Se não apresentou, infelizmente não deu, passa para o próximo. Tem muita gente que está interessada. Agora, é importante que a gente chame aquelas pessoas para contemplar o maior número possível. Se existir recurso no edital específico, que seja chamado. Agora, a gente tem que parar com esse negócio de fazer o edital, dá um prazo, aí depois desse prazo estica infinitamente. Edital que não acaba,

tanto no Estado como na Prefeitura. O edital que abre e não tem data para terminar. Se a gente não botar um pé no freio, a gente tem que criar vergonha na cara também. A gente compõe o conselho, a gente tem que estipular prazo e cumprir o prazo. Porque eu acho que já deu. Eu acho que a gente tem que ter maturidade, já tem experiência, já está com bastante vivência no processo de editais, juntamente com a ASPC, agora vai entrar o Instituto para contribuir grandiosamente. Espero que nós possamos superar muitas dificuldades que nós já tivemos no passado, que isso fique para trás, que nós possamos aprender. E que realmente, doutora, a gente já deu, já prorrogamos o máximo que deu. Que se cumpra o prazo que foi dado. A única coisa que eu peço é que se chame os editais que ainda têm recurso disponível, para atender o número máximo de pessoas que possam ser contempladas com cadastro de reserva. **Luciane Ituassú:** Só aproveitando a fala do conselheiro Vanderley, acho que ele até já auxilia uma parte do trabalho. Inicialmente foi falado que seria dado encaminhamento relacionado a pessoas que não conseguiram entregar a documentação. E aí, na fala do conselheiro: não entregou, não entregou. Não é isso? Então acho que a gente já elimina o encaminhamento de vocês. Só mesmo para esclarecer, porque é uma coisa só. **Thiago Hermido:** E nesse dia também, conselheiro, a gente também traz aqueles estudos de metodologia para verificar o que o edital não previu de recurso e como o conselho gostaria que a gente aplicasse esse remanejamento também. Porque em alguns ele prevê, em outros ele não prevê. Porque como alguns editais tiveram muitas categorias, vagas, então, nesse dia também a gente traz para vocês decidirem de que forma esse recurso vai ser redistribuído naquele edital ou em outro edital, a gente estuda isso no dia. **Anne Paiva:** Existem vagas, por exemplo, os casos que a gente está falando. Tem gente que naquela vaga, uma pessoa, ela não conseguiu preencher. Por exemplo, o jurídico informou que no edital tal tem uma do valor tal que não vai ser preenchida. Lá tem aquele cadastro de reserva específico, mas a gente também tem casos, por exemplo, acredito que o seu é um deles que formação não foi atendida por completo. Votar em alguns que já vai estar de, tem alguns que não. (Inaudível). Eu lembro do dele, porque ele já está o tempo todo falando sobre isso. Eu acredito que a do circo, por exemplo, é R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). E eu acredito que tem cerca de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) que

ainda está em aberto. Esse valor, ele é do circo. Já estava previsto que ele ia receber R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), então não iria do circo, por exemplo, para dança ou para fazer um novo edital. (Inaudível). Vocês têm que votar, porque, assim, cadastro de reserva não é garantia de vaga. Mas vocês também recebem aquela pressão da sociedade civil que está no cadastro de reserva querendo subir. Então, parte dos senhores. **Presidente:** Eu entendo a sua fala, conselheiro. Tu fez o informe dessa pauta, falou que ia fazer, então das chamadas do cadastro da reserva de recursos. Porque assim, vocês têm que apresentar essa sobre a divisão do rendimento. Vamos fazer a redistribuição do rendimento e explicar que a gente está falando de excepcionalidades com relação ao que a gente. (Inaudivel) essas dificuldades que ou são provocadas pelo sistema e também, esses casos, assim, remotos. O que foi feito uma busca ativa, como é o caso do Javari, que já resolveu. E esse do quilombo da Serpa. Então, quando a gente está falando, parece que são duas coisas diferentes, mas a gente está falando que vai existir algumas excepcionalidades. Mas que para alguns casos assim, já se esgotaram esses prazos. Então, quando o proponente consegue provar para a gente, através de prints, de apelo, etc., a gente vai buscar essas e, de repente, abre-se uma exceção. Mas assim: a gente tem recebido poucas que não foram sanadas. Acho que de todas as que a gente recebeu, a gente está conseguindo sanar. E aí o que o Vanderley fala é que a gente tenha uma celeridade no processo no geral. A gente já teria condições esse ano de já estar discutindo o ciclo 2, fazendo novas escutas, a gente está amarrado. A gente sente a contratação do Instituto acelerou uma hora, parou. Agora está entrando no meio do ano. Então o que a gente gostaria era que a gente desse um pouquinho mais de celeridade, porque a economia da cultura no nosso estado se faz nesse momento através desses editais. E a gente quer esse dinheiro circulando. Quando circula, é saudável para todo mundo. Por uma cadeia inteira de profissionais que precisam trabalhar. (Inaudível). A fonte de recurso. Agora, a gente fez uma força-tarefa com alguns interiores para escrever no Rouanet Juventude de um recurso que só vai cair para o ano que vem. Não é nem os do governo federal. A gente está conseguindo ver esse dinheiro mais de perto aqui no Amazonas. Então é mais nesse sentido. Assim, as excepcionalidades a gente vai encaminhar e vai seguir junto. E esses outros que os prazos já se encerraram, é isso mesmo: dar seguimento no processo e vai

embora. **Luciane Ituassú:** A doutora Anne botou em pauta a data do dia 21 de maio para a gente trazer todas as informações já fechadas só para vocês deliberarem. **Anne Paiva:** Então eu não tenho como te dar uma certeza que na segunda data vamos ter final de demandas dos outros setores, para conseguir os outros setores, outros órgãos, a SEFAZ, o banco, os bancos de cada um. Eles também demandam o seu tempo. Nós não temos como dar uma certeza de que na terça, na quarta, vou finalizar os pagamentos. O que a gente consegue dar para vocês é a.... (inaudível). **Luciane Ituassú:** Demora 72 horas para cair, então. **Anne Paiva:** Mas o que que nós podemos comprometer é que, se os pagamentos finalizarem antes e, por exemplo, no edital tal já finalizou os pagamentos, então a gente já consegue ter as informações dele por completo e a gente avisa os senhores. **Luciane Ituassú:** Quando o senhor fala definição, é sobre datas de apresentação? (Inaudível) Mas a gente não está falando de prorrogação. Não está sendo prorrogado. Vamos lá, o nosso edital fala que até 5 de maio é o prazo para recebimento de termo, recibo e requerimento. Até 5 de maio. A partir do dia 5 de maio, pela lógica, rodam os pagamentos. Mas o que a gente fez foi tentar rodar de forma paralela, até mesmo antes do dia 5 de maio, justamente para a gente antecipar o que a gente poderia antecipar. Então, em nenhum momento está se falando de prorrogação. Nada foi prorrogado. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** A gente tem que encaminhar algo em relação àquilo que pretende já realizar já daqui, diante daquele prazo que a senhora estipulou. A gente já tem que definir algo agora, como datas e aquilo que a gente vai conduzir para o cadastro para chamar o recurso remanescente do cadastro de reserva. Esse edital, o recurso remanescente, a gente já tem que estipular alguma coisa. **Luciane Ituassú:** A data é sugerida pela doutora Anne, e essa data ela veio justamente por causa da reunião que nós tivemos de manhã com os demais setores. E a necessidade, como a gente já está com o histórico de algumas publicações, e isso gera uma ansiedade nos fazedores, nós imaginamos que a melhor prudência seria fazer uma publicação única com todos os cadastros que precisam ser publicados e já com a decisão dos remanejamentos, justamente para trazer essa calma da informação junto aos fazedores para entenderem quais vão ser os próximos passos. Então por isso que a data do dia 21 é a data sugerida pela assessoria, justamente para a gente ter esse tempo razoável de fazer todo o levantamento junto aos setores

competentes, trazer para vocês possibilidades de remanejamento para vocês estudarem e a gente poder deliberar. Essa é a data. Caso vocês queiram antecipar, não tem problema, porque é como vocês mesmos sempre estão nos lembrando: o conselho é soberano. O que a gente não consegue é trazer para vocês a garantia do cumprimento de toda e qualquer informação relacionada a isso. Se for numa data antes do dia 21, sem problema nenhum. A gente só não tem como garantir a informação cem por cento completa. Mas até a informação que a gente tiver naquela data, a gente vai estar trazendo. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Oriundo, a gente vai conduzir dessa forma, a gente já tem que traçar esse caminho. **Presidente:** Conselheiro, a gente já tem o direcionamento no próprio edital de que vai ser remanejado primeiro para chamar o cadastro do suplente e o rendimento que vai ser essa distribuição que elas vão fazer, esse cálculo da redistribuição, vai também chamar o suplente. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Questão de esclarecimento: o rendimento também vai entrar nesse? (Inaudível). Não, não. O rendimento não vai entrar, não. O rendimento é outra coisa. **Anne Paiva:** Nós não fizemos nenhum levantamento de rendimento de cada edital. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** isso aí não. Isso aí é outro caso, **Anne Paiva:** Ninguém informou o que ia fazer com os rendimentos. Ninguém informou para a gente. **Presidente:** Não, mas na última reunião nós pedimos para fazer esse cálculo de distribuição do rendimento. (Inaudível). **Luciane Ituassú:** Foi feito um pedido junto à gerência administrativo-financeira. Eu, de fato, não tenho essa informação na cabeça agora, mas eu vou verificar amanhã no expediente com ela. E aí, se for possível, a gente já encaminha para vocês de forma antecipada, por e-mail. **Dudson Carvalho:** Então, senhores, vou agora complementar a fala do conselheiro aqui. Todo mundo já encaminhou. Eu vou voltar à nossa reunião anterior, já que nós temos um secretário e um presidente competentes que estão anotando isso tudo. Eu quero saber para onde está indo a anotação dos senhores, porque isso foi falado na última reunião: que nos fossem apresentados os cálculos de rendimento, as possibilidades de remanejamento, para que a gente estivesse votando hoje. Doutora, eu lembro disso. Se não está na ata, vamos colocar novamente na ata, porque o que o conselheiro está pedindo nesse momento era para estar sendo planilhado agora. E nós estaríamos votando isso. Então a gente vai esperar de novo o processo acabar no dia 21, a gente vai sentar aqui diante

dessa planilha e provavelmente não teremos ainda esses rendimentos e mais esse remanejamento para a gente fazer uma outra reunião no outro mês. Eu só quero saber como esse encaminhamento está chegando ou se não está chegando, porque quem pediu isso fui eu, Pedro, eu pedi, beleza. Então vamos fazer no dia 5. Me foi dado a data do dia 5. A reunião seria hoje, então a gente já tem mais ou menos uma fatia do queijo para decidir o que vai acontecer e, mais uma vez, estamos deixando para o dia 21 uma decisão que a gente poderia estar tomando hoje. E as doutoras teriam isso como regra do jogo, definida, não precisa a gente ir resolvendo a cada momento. Então, se não está previsto no edital, que se traga para a gente decidir isso aqui. Se vai ter um novo edital, como a gente tem um que está decidido que vai ter que ser montado, por que que a gente não tem esse valor para ser colocado? É só isso que eu quero saber. Porque, gente, sinceramente, às vezes eu fico olhando aqui, a gente sempre tem uma desculpa para algo que está acontecendo, mas não está chegando. Só isso. Então, às vezes eu me calo aqui, para não ser até às vezes grosso em relação ao que nós estamos fazendo aqui. Nós somos um pleno conselho que precisa tomar decisões. Essas decisões têm que ser amparadas de lá, vindo para cá. Nós temos uma fatia do bolo aqui para decidir. Vocês tomem a decisão. A gente vai tomar. Simples assim. O que o conselheiro está pedindo aqui é uma coisa, o que eu estou pedindo é outra. Eu quero uma regra do jogo. Além disso que a gente está vendo agora, a gente tem juros para decidir. E vamos esperar o quê? Daqui a dois meses estar fazendo alguma coisa, lançando um edital, Pedro, que é preciso lançar. Então é isso, gente. Vamos repensar. Se nós estamos batendo uma data do dia 21, doutora, não é preciso chegar o dia 21. Não é preciso fechar esse caixão para a gente abrir outro. A gente marca uma data, vê todas as problemáticas, a gente volta aqui, e vocês seguem a regra do jogo. Está aqui: vocês decidiram por isso. Simples assim. É só isso que pode ser feito agora. Se não. **Thiago Hermido:** É, Dudson, a gente entende, compreende, Você está certo na solicitação que você fez. Mas, como a Anne mesmo trouxe aqui no início da fala, infelizmente a gente depende dos outros setores, principalmente desses pagamentos, que não estão sanados por completo, para a gente entender de fato esse recurso. Se o setor tivesse, como a gente tinha colocado para vocês lá atrás, esse encaminhamento de fato, hoje a gente já teria trazido para vocês. Até antes, na verdade, porque a gente, numa extraordinária, traria. Mas,

infelizmente, por esse motivo também, nós hoje de manhã nos reunimos com o setor competente para perguntar para eles: e aí, como é que está? O que é que a gente pode falar pro conselho? Como é que está essa dinâmica e esses pagamentos? Porque a gente sabia que essa cobrança ia chegar, porque a gente pegou a pauta. Então, por isso que a gente, na pauta anterior, falou: essa dinâmica não é mais da nossa atribuição. A gente sugere, a gente orienta pelas experiências que nós já tivemos. Vocês sabem, vocês acompanham a gente desde a primeira LAB, em 2020. Fizemos a LAB em 2020. Dia 31 de dezembro de 2020 estava todo mundo pago. A gente fez a LPG, pagamento em 10 dias. A LPG do estado do Amazonas foi a primeira em execução, uma das que mais executou. E agora estamos na PNAB, uma outra gestão, com outras pessoas, que têm outro fluxo. Então, por isso que hoje, solicitamos uma reunião para entender como está acontecendo isso, que era justamente para tentar sanar com eles e fazer ser célere o mais rápido possível, porque de fato, tem trabalhador que entregou as documentações há um mês e ainda não recebeu. A gente sabe que numa outra dinâmica nossa, isso não teria acontecido, mas nós não temos mais atribuição em relação a essas dinâmicas de como esses setores estão caminhando. Então, por isso que a gente explicou aqui para vocês, para ser encaminhada essa questão dessa fala com esses setores, que, como a Anne falou, talvez nem chegue a acontecer, porque esses pagamentos devem ser realizados nos próximos dias. Mas a gente dá a data do dia 21 justamente para tentar dar essa segurança que a gente deu no passado e não se cumpriu. Então, a data do dia 21 é a data, como você está falando, limite. Se a gente conseguir de fato, se eles conseguirem sanar tudo antes, a gente volta para o conselho e fala: “olha, dá para a gente fazer antes. Qual seria a data mais prudente”? Aí a gente vai e faz. A gente não tem como fazer esse levantamento sem ter as pessoas pagas, para que a gente consiga entender esse recurso, porque vai ter gente que vai estar lá que não vai conseguir chegar na etapa final. Aí vai dar cadastro reserva, parecia que a gente deu um número de cadastro hoje, que amanhã vai mudar, porque esses pagamentos ainda estão em processo. É mais por isso. **Conselheiro Dudson Carvalho:** Só para complementar: para que conste em ata, em memorando e assinado pelo senhor presidente, o que eu estou solicitando aqui (inaudível) isso, vocês podem vir dia 21, dia 30, dia 10, dia 50. O que eu estou solicitando é um cronograma para que a gente volte à regra

do jogo. Se no dia 21 vocês têm mais ou menos os juros, mais ou menos o povo que pode ser premiado com o cadastro de reserva, para que a gente contemple o que foi previsto no edital, se vocês apresentarem isso tudo no dia 21, beleza. Agora, se vocês vierem no dia 21 apresentar apenas o número de vagas remanescentes para o cadastro de reserva, aí não tem lógica isso. O que eu estou pedindo, desde o mês passado, é que esse mapa seja apresentado para os senhores conselheiros e eles decidam o que vai ser feito. Então voltar numa reunião trinta dias depois, sabendo que a gente vai aguardar novamente para decidir o que vai ser feito com o dinheiro que não está previsto no edital, só isso que eu estou pedindo, tá, Thiago? Não é nada fora de rota. É que se conste isso em ata, em memorando assinado pelo Pedro, que chegue até você, para que depois chegue até a gente. Eu estou repetindo isso duas vezes, porque eu não quero chegar no dia 21 e a gente apenas debater cadastro reserva. **Luciane Ituassú:** Eu já entendi, conselheiro. Eu entendo que o pedido do conselheiro Vanderley, tem como foco principal a relação de cadastro reserva, e o seu pedido, o foco principal é que a gente possa entender como serão feitos, inicialmente, os remanejamentos. Tudo bem? É isso? **Conselheiro Dudson Carvalho:** (inaudível) tá entendendo? tudo isso, consta de um grande pacote (inaudível). **Luciane Ituassú:** Vamos por partes. Cadastro reserva já teve explicada sua situação para que a gente não traga a informação quebrada, vamos usar esse prazo limite para trazer essa informação para vocês. **Anne Paiva:** O valor que a gente vai utilizar é o remanescente de cada edital. Porque o senhor está falando do valor de rendimento. Ele vai ser usado em outro edital. **Conselheiro Dudson Carvalho:** Não estou dizendo que tem um edital que ficou acertado que vai ser feito, porém tem uns juros aí que a gente precisa sentar nesta mesa e decidir o que vai ser feito. Outra coisa, doutora, só para que se entenda: vocês estão dizendo que tem coisas que não estão previstas no edital e que a gente vai precisar decidir. Decisões não dependem de números. A gente toma as decisões. A decisão tomada, vocês vão aplicar. é esse tudo que eu estou questionando desde a última reunião, para a gente não estar navegando às escuras. **Anne Paiva:** Tá. É porque, em alguns casos, vai depender porque vocês vão ter que decidir. O valor que está sobrando é 400.000 (quatrocentos mil reais). Vocês vão querer três cadastros de reserva do valor da modalidade tal ou dois cadastros de reserva da modalidade tal? A gente traz para vocês. A

ideia é a gente trazer para vocês o que vai ser, para quem vai ser contemplado, o valor, e vocês vão ter que votar em cima disso. Como a gente já trabalhou com isso outras vezes. **Conselheiro Dudson Carvalho:** (inaudível**).** Então não precisa ter esses números. Essa base que vocês estão pedindo para o dia 21, maravilha. Só que não é só essa base, isso que a senhora está dizendo: eu tenho 400.000 (quatrocentos mil reais). Quando chegar no dia 30 ou 40, não sei, vocês vão pegar e vão dizer: "Não, mas tem mais." Só que vocês já decidiram que isso ia para tal modalidade, aplicou-se. nesse primeiro momento do dia 21. O restante é que a gente precisa abrir o leque da legalidade. O que falta é se remanejar os juros, o que vai ser tratado, do que vai para a gente desencalhar de uma vez com isso. E a regra vai estar dada pelos senhores conselheiros. **Luciane Ituassú:** Vamos por partes, só para a gente deixar tudo esclarecido. Cadastro reserva: verificou, já tudo ok? O que a gente precisa apresentar para a regra de jogo é o que nós temos de rendimento de cada edital, para vocês entenderem o que vai ser feito desses rendimentos. É regra de jogo, independente de A, B, C ou D. É você entender também, de cada edital, o que ainda é passível de ser decidido. Se é um edital que a gente já está vislumbrando que não vamos ter um quantitativo e haverá uma necessidade de decidir algo porque dentro dele não está estabelecido. Então a gente faz esse levantamento. O pedido de rendimento de cada edital junto ao DAF, eu solicitei verbalmente, e acredito que, por ser verbal mesmo, acho que a informação se perdeu. Está todo mundo acelerado. É por isso que, às vezes, o papel é importante, porque a gente tem ali uma cobrança: "Olha, está aqui." Conselheiro Dudson, que a gente terminou a nossa trégua, a gente estava em trégua durante a viagem, a gente voltou para Manaus, a gente terminou a trégua. Mas eu vou fazer o seguinte: amanhã eu vou retomar essa conversa com o DAF para entender. A gente está numa quinta-feira amanhã, a gente tem uma reunião marcada semana que vem, não é a extraordinária já? Mas vocês vão fechar uma data para passar para a gente. Vamos tentar, então, apresentar na extraordinária pelo menos os rendimentos e as deliberações dentro dos editais que sejam necessárias na próxima extraordinária é semana que vem. Pois é. Mas eles não querem entender valores, eles querem entender assim: "Vai ter R$ 1.000 (mil reais) aqui? Se tiver, o que vai ser feito?" É isso que eles já querem resolver. **Anne Paiva:** Eu entendo. Tudo bem. Mas não vai funcionar. Vou lhe dizer por quê. Porque o

senhor tem R$ 1.000 (mil reais), só que lá na lista tem R$ 500 reais para pagar para os trabalhadores. E aí, depois disso, eu vou ter que sentar de novo com vocês: "Gente, ainda faltava 300." E aí vocês querem fazer o quê com esses 300? Mas tudo bem, nós vamos fazer. **Thiago Hermido:** Porque a outra extraordinária que a gente está querendo fazer com os senhores era para fazer a aplicação do ciclo 2, mas dá para fazer de duas, faz duas pautas, tá bom? Até a própria apresentação do ciclo dá para apresentar para vocês antes. Aí, na hora da reunião, a gente só decide. Dá. **Luciane Ituassú:** A partir do momento que a gente conseguir compilar a informação, eu posso encaminhar por e-mail. Mas eu vejo a necessidade de se invocar na extraordinária, porque, infelizmente, o tempo de vocês, a gente percebe que não é favorável para parar e fazer a leitura de e-mails. Porque os e-mails que são encaminhados, aparentemente, nem todos conseguem ter acesso. Então, vocês que decidem aí a votação, vocês que votam. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Só para esclarecer. André, são editais que cada edital tem suas particularidades, por isso que a gente tem que ter o zelo e o cuidado daquilo que a gente está falando com propriedade do edital do seu segmento, por exemplo, do meu segmento, tenho um conhecimento que, em formação, não houve o número esperado que foi ofertado como pessoas que cadastraram para contemplar o prêmio. Então, esse valor está retornando, está lá, está reservado. Então, hoje, o edital, lá, a gente vai ter, o conselho, nos conselheiros, vamos destinar de que forma cada edital vai receber o recurso que está sobrando do seu edital específico. E que isso se faça também, doutora, o Dudson falou bastante agora, como é que vai ser feita a questão do juro, que a gente ainda não sentou detalhadamente para conversar e apontar como vai ser usado. **Presidente:** Pauta 8. **INFORMES DAS TRATATIVAS DOS PRÉDIOS QUE SERÃO REFORMADOS COM RECURSOS DA PNAB**. Convoco o representante da Comissão da Sede, Álvaro Serrão, para conduzir a discussão e para que todos interajam, suspendo a moderação, pelo prazo de 10 (dez) minutos. **Conselheiro Álvaro Serrão:** Agora é comigo. Aqui é o conselheiro Álvaro, da cadeira de Literatura. Informativo aqui de agenda, ainda referente à pauta que foi prorrogada, a pauta 6 aqui do ofício circular. Só em forma de tratativa dos prédios. A equipe de visita técnica estendeu a todos os demais conselheiros. Nós temos aqui uma agenda, no dia 13, às 14h, eu vou publicar no grupo de visita técnica também essa agenda. Dia 13, às 14h, nós temos uma

reunião, uma pauta com o IPHAN e com o MinC para tratar de orientações e esclarecimentos quanto à temática do tombamento de prédios e também, para falar sobre o mapa do sítio histórico de Manaus. Esclarecimentos, dúvidas, e tentar viabilizar essa nossa questão da aquisição de imóvel dentro desse perímetro do sítio histórico. Dia 13, às 14h. Eu vou colocar por escrito também nos grupos. **Presidente:** Alguém mais para se manifestar? Sem mais manifestações, dou a ordem do dia por encerrada e passo para **ASSUNTOS GERAIS. Thiago Hermido:** Em virtude, continuando aqui a pauta, o informe que o Álvaro colocou é um informe também que, aí, vocês verifiquem também se é interessante para o conselho. Em virtude da dificuldade que nós observamos que vocês estão encontrando, e que nós também estamos encontrando junto ao poder público de verificar prédios e também dessa necessidade de ser prédios tombados para ter a aquisição, a gente solicitou ao Departamento de Patrimônio Histórico que eles fizessem um projeto de um anexo àquele prédio do Jefferson Péres, para que lá fosse a sede do conselho. Então, eles estão em elaboração e já estão finalizando um projeto, já em 3D, para apresentar para o conselho, para saber se vocês concordam em, ao invés da gente continuar nessa busca, que não está conseguindo sanar, de um prédio, que a gente vai fazer um outro prédio ao lado daquele prédio lá do Jefferson Péres, que vocês visitaram, já com toda a parte administrativa do conselho, para reuniões, para salas, com auditório também, para que sejam feitas atividades. Nós solicitamos, eles já fizeram a planta baixa e agora estão fazendo o desenho 3D. Eu acredito que semana que vem, eu acho, ela ficou de dar uma data para a gente, o departamento. Aí a gente gostaria de apresentar para o conselho, se vocês acham interessante, se for do agrado de vocês, o projeto que será trazido. Se vocês têm algo que gostariam. **Conselheiro André Durand:** Nós estamos vislumbrando a questão da cheia. **Thiago Hermido:** Mas ali não enche. **Conselheiro André Durand:** No Jefferson Péres, naquela parte lá, tem certeza? **Thiago Hermido:** Absoluta. Não, o que é um problema, não é um problema. É que a parte de baixo dele, como é que é o nome técnico? Existe uma parte daquele prédio que é abaixo, e que lá são as galerias, lá tem salas. Para que aquelas salas funcionem de forma perfeita, precisa de mais investimento, porque é preciso fazer um negócio técnico, que é para isolar essa água que pode entrar. Eu esqueci o nome. Mas nesse projeto novo, essa sala seria ao lado. Ali informaram para a gente, que

nem um orquidário. Seria tipo Orquidário, um anexo igual ao Orquidário lá nesse prédio. E esse projeto já está feito. Só falta o 3D para apresentar, porque eu acho que o 3D é melhor de visualizar. E aí a gente vai trazer para vocês. Aí vocês decidem. O investimento pode ser feito já todo para isso. E aí isso vira a sede do conselho. Ou se não ficou legal, continuemos atrás dos prédios da vida. Já tem estacionamento, é próximo da sede da Secretaria. É em um parque. Pode ser utilizado também pelo conselho para outras atividades. Então é isso. **Conselheiro André Durand:** Eu gostaria também, presidente, de apresentar aqui uma moção de aplausos ao senhor Cleucir Barbosa Alves, secretário municipal de Cultura e Turismo do município de Codajás, juntamente com o subsecretário Diego Ernani de Oliveira Souza, pela realização da 34ª Festa Cultural do Açaí de Codajás. Essa seria a minha moção de aplausos. Vai votar na próxima reunião, para eles virem receber a moção de aplausos. **Conselheiro Jordânia Galdino:** Boa tarde, mais uma vez. Já estamos quase finalizando, assuntos gerais. Eu estive no Piauí, nos dias 01, 02 e 03 de maio, a convite do CONECTA. Para quem não sabe, vou fazer um breve relato. Um pequeno lembrete: a Jordania foi escolhida pelo Pleno, está em ata, para ser representante do CONEC Amazonas no CONECTA nacional, que é um fórum dos conselhos estaduais. Então nos tivemos dezesseis representações de cidades nesse fórum, um fórum muito importante. Debatemos muitas pautas, principalmente com a presença do MINC. Tivemos rodas de conversa, tivemos um painel falando sobre o diagnóstico de como estavam os conselhos estaduais, a nível nacional, de cada estado. Eu e os conselheiros fizemos uma explanação. Se vocês olharem algumas fotos, eu estava com a blusa da PNAB Amazonas. Gostaram bastante. Expliquei para eles o que já fizemos dentro do conselho, como aconteceu a desativação do CONEC Amazonas e como foi a ativação do CONEC, com o trabalho que realizamos no primeiro mandato. Eu sou conselheira reeleita, e 90% dos conselheiros foram remanejados, não foram reeleitos para a continuação dos trabalhos que já realizamos. Isso foi um marco histórico: o diagnóstico de todos os conselhos. Percebi que o Amapá está bem avançado nas suas demandas da PNAB e nós somos o segundo, digo o segundo estado em questão de estruturação e organização. Fizemos esse diagnóstico dentro dessas discussões durante três dias. Tivemos um cit. tour maravilhoso no primeiro dia, a Poliana, presidente do CONECTA, nos convidou, já estava na

programação. Foi muito legal porque representa um fortalecimento dos conselhos da sociedade civil, o que é muito importante o CONEC Amazonas está nesse fórum, assim como tem o fórum, felizmente, um conselheiro nosso, Mike, não está mais no fórum de gestores. Sentimos falta do CONECTA ser convidado para o fórum dos gestores, o que não aconteceu. Foi feita uma carta de repúdio quanto a isso, porque o CONEC nacional não foi convidado. Tínhamos um representante do MINC, o Binho, que estava representando o MINC no encontro nacional. Era para a presidente do CONECTA estar representando o CONECTA nesse encontro, mas não esteve. O que acordamos com o MINC e o Binho foi fazer cada vez mais esse alinhamento e fortalecimento com as instituições, principalmente com os escritórios do MINC. Foi falado sobre como está sendo o trabalho do escritório do MINC dentro do Amazonas, falei do Juan, do Marcelo, e da questão do comitê. O comitê da Amazônia está numa situação complicada, como o Binho falou, só haverá um novo comitê do Amazonas quando devolverem o dinheiro. Ele deixou isso bem claro na fala dele durante nosso encontro. Os outros comitês do restante do Brasil funcionam normalmente. Aqui não houve esse alinhamento e ocorreram aquelas situações que todos já sabem. Isso que quero falar para vocês é muito importante para termos esse alinhamento com as instituições. Conselheiros, vocês foram muito bem representados, agradeço muito. Eu trouxe a cajuína que está ali, para vocês tomarem, não é cachaça, é um suco de caju, um suco do patrimônio cultural e material do Piauí. Quero agradecer muito ao secretário, ao senhor Pedro Cacheado, à dona Symone, que está por aqui, que fez a tramitação da questão das passagens junto à SEC, ao presidente, secretário Caio André. Vou fazer o relatório para mandar isso e ficar registrado. Teremos outro encontro do CONEC daqui a três meses, que já está sendo organizado, e será em Cuiabá. Obrigada, boa tarde. **Conselheiro Dudson Carvalho:** Quero pedir ao meu excelentíssimo senhor presidente em exercício que paute, na próxima reunião, se possível, a questão da Comissão de Legislação, tendo em vista que o doutor Sérgio já informou por e-mail que houve alteração, que ele deixou de participar, até porque hoje esse tema foi bastante citado aqui, de forma mais clara, e etc. Precisa ser feito esse encaminhamento. Então está prontinho, um material para os senhores avaliarem e, se possível, caso tenhamos uma pauta menor na próxima reunião, incluir essa primeira avaliação do processo, para que possamos encaminhá-lo

para a Assembleia, está certo, gente? Isso pode, inclusive, gerar uma eleição para as senhoras e senhores que ainda não podem concorrer. Quem sabe, se for aprovado dentro do prazo hábil e assim, vamos seguindo. **Conselheiro Mencius Melo:** Quero aqui informar aos senhores que estive no município de Parintins há duas semanas, por intermédio desta Secretaria de Estado da Cultura, graças ao secretário Caio André, para a captação de entrevistas para a conclusão do livro biográfico "No São de uma Estrela", em homenagem ao mestre Jair Mendes. Também quero comunicar a este conselho que foi dada uma devolutiva pela Câmara Municipal de Manaus sobre o nosso projeto, proposto por mim, pela conselheira Lauren Municipal e pelo maestro Everaldo, presidente do Fórum Setorial de Música do Amazonas. O projeto obriga entes públicos e privados a contratar artistas amazonenses autorais da música para a abertura de shows em Manaus. Está protocolado, e iremos entrar num debate caloroso, se Deus quiser, com toda a classe, para que isso vire lei, como já acontece, por exemplo, em Porto Alegre, onde nenhum artista internacional se apresenta sem que haja um artista local fazendo o show de abertura com obra autoral. E, se Deus quiser, nós vamos conseguir esse avanço. São essas as informações, conselheiros. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Meu questionamento é para a ASPC: Quando uma pessoa tenta cadastrar uma pessoa jurídica lá no cadastro de cultura, obrigatoriamente ela tem que estar vinculada a um CPF de um artista. Queria que isso constasse como uma sugestão de mudança dentro do cadastro, para que o CNPJ ficasse separado, não vinculado ao CPF de alguém, porque isso tem sido um problema para nós, para a nossa associação. Eu, como presidente da associação há cinco anos, estou tentando formalizar o nosso cadastro e estou tendo essa dificuldade. Me foi informado também que, no momento atual, não se pode fazer nenhuma modificação ou inclusão no cadastro de cultura. Eu queria uma orientação da assessoria sobre isso. Procede sim. Gostaria da orientação das senhoras e do Thiago também, por favor. **Anne Paiva:** Como em vários outros setores da Secretaria, o setor de TI também sofreu mudanças com a mudança de gestão. Diversos servidores do TI, programadores e o pessoal responsável pela área, foram exonerados, e novas pessoas foram contratadas. Essas novas pessoas, acredito, ainda não estão fazendo atualizações no cadastro. Mas nós concordamos 100% com o senhor. O senhor nem imagina, como nós também

não concordamos com esse ingresso obrigatório pelo CPF. Precisamos conversar com o novo pessoal do TI, mas como eles ainda estão se ambientando. **Conselheiro Vanderley Pinheiro:** Nos municípios, há um novo cadastro. Não sei se é temporário ou definitivo, mas lá o CNPJ pode entrar de forma separada. Acredito que a SEC também tenha a capacidade de fazer o mesmo que o município está fazendo. Por favor. **Anne Paiva:** Sim, é interessante, inclusive, acho que foi uma ótima observação. Todas as necessidades de mudança que os senhores apontam no cadastro, nós estamos levantando. Vocês, por favor, como estão em contato com a sociedade, também nos ajudem a levantar essas demandas. Assim, quando conseguirmos realmente sentar com o TI para implementar as mudanças, eles já terão uma ideia clara de tudo que precisa ser modificado. Essa sugestão específica, por acaso, já está anotada, porque nós também. **Thiago Hermido:** Inclusive, a ideia é tentar reformular o cadastro. Mas precisamos ver com vocês de que forma faremos isso. Acredito que, com essa solicitação da Anne, o conselho poderia montar uma comissão para acompanhar os trabalhos relacionados ao cadastro, essas mudanças e uma possível reformulação. É isso. **Presidente:** Assim, sem mais manifesto ou assunto para ser tratado em plenário, agradeço a presença de todos e dou por encerrada está 39ª Sessão Ordinária, pedindo ainda que seja providenciada a ata e encaminhada a minuta aos membros para leitura, a qual será aprovada no expediente das próximas reuniões, com posterior encaminhamento para arquivamento na Secretaria-Geral do CONEC, visando ao registro nos arquivos do Conselho.

PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO
Presidente – 39º Reunião Ordinária

MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA
Secretário Geral

LISTA DE PRESENÇA

DE FORMA PRESENCIAL:

1. Alvaro Serrão Monteiro – Titular representante da Cadeira de literatura;
2. Dudson Campos Carvalho – Titular Representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
3. Elson Silva Da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore E Carnaval;
4. Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da Cadeira de Teatro;
5. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular Representante da Cadeira de Cultura Indígena;
6. Mencius Benavraham Melo Figueiredo – Titular representante da Cadeira de Música;
7. Vanderley Pinheiro – Titular Representante da Cadeira de Circo;
8. Wellisson Brito Batista – Titular Representante da Cadeira de Cultura Afrodescendente;
9. Sérgio Ricardo Monteiro de Almeida – Suplente Representante da FEPIAM;
10. Roberto Sá Gomes – Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas;

DE FORMA REMOTA:

11. Lucimar Bezerra Marques – Titular Representante da Cadeira de Cultura Popular De Matriz Ibérica;
12. Bjarne Lima Furtado – Titular Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;
13. Cristina Helena Maia De Oliveira – Titular Representante da Secretaria de Estado da Fazenda;
14. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas;
15. Maick José Soares Tavares – Titular Representante das Secretarias Municipais de Cultura do Estado do Amazonas;
16. Érica Dos Santos Nascimento Cintra – Titular Representante da Zona Franca De Manaus;

CONVIDADOS:

17. Marly Nascimento Nogueira – Suplente da Cadeira de Folclore E Carnaval;
18. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais E Novas Mídias;
19. Jady Batista De Castro – Suplente da Cadeira de Dança;
20. Ruan Octávio – Coordenador do Escritório do MinC/AM;
21. Eliséa Batalha - Contabilidade da Secretaria de Cultura AM;

ELABORAÇÃO DA ATA:

22. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

23. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

24. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica – SEC;
25. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva - Assessora jurídica – SEC;
26. Thiago Hermido da Silva – Assessor de Políticas Culturais - SEC;

EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:

27. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
28. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
29. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

30. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.